



CENTRO UNIVESITÁRIO DE BRASÍLIA-UNICEUB

FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FATECS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROFESSOR ORIENTADOR: ANTÔNIO EUSTÁQUIO CORRÊA DA COSTA

ÁREA: AUDITORIA OPERACIONAL

DIVINO ALVES MOREIRA

R.A 21103950

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL/FINANCEIRA DE UMA
ONG AMBIENTAL**

Brasília 2015

DIVINO ALVES MOREIRA

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL/FINANCEIRA DE UMA
ONG AMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso(TCC)
apresentado como um dos requisitos para a
conclusão do curso de Ciências contábeis do
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof.Antônio Eustáquio Corrêa
da Costa

Brasília /DF, Novembro de 2015.

DIVINO ALVES MOREIRA

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL/FINANCEIRA DE UMA
ONG AMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso(TCC)
apresentado como um dos requisitos para a
conclusão do curso de Ciências contábeis do
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof.Antônio Eustáquio Corrêa
da Costa

Brasília, ____ de _____ de20____.

Banca Examinadora:

Prof. Antônio Eustáquio Corrêa

(Orientador)

Prof.Ms.Acilon Batista de Souza

(Examinador)

Prof.Ms.Alexandre Zioli Fernandes

(Examinador)

Brasília

2015

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é avaliar a efetividade dos gastos realizados pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) no cumprimento de sua missão institucional entre 2011 e 2012. Possui como questão problema Os dados demonstrados a partir dos relatórios eletrônicos de prestação de contas para o Ministério da Justiça e os relatórios dos auditores independentes comprovam o efetivo cumprimento de missão definida no estatuto da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM)? A metodologia aplicada para confecção deste trabalho, foi o método indutivo. A pesquisa possui caráter quantitativo pois caracteriza-se pela coleta das informações e explicativo para realizar uma pesquisa mais aprofundada. Os dados foram coletados a partir dos relatórios de prestação de contas para o Ministério da Justiça, relatórios de auditoria e livros. Apresenta-se uma análise das despesas dos dois anos estudados, com base no balanço contábil da instituição, o histórico e dados da mesma. Foram apresentados dados para comprovação dos cursos realizados. Foi proporcionado o significado de terceiro setor. A conclusão do trabalho foi positiva considerando que o objetivo do estudo foi alcançado. Verifica-se que a Equipe de Conservação da Amazônia utiliza os recursos recebidos para aplicação em atividades voltadas para proteção da Amazônia, podendo ser aperfeiçoado seus controles internos considerando as deficiências encontradas. Conforme apontamentos nos relatórios de auditorias que, apesar dessas fragilidades nos controles internos, demonstram o efetivo cumprimento de suas atividades. O aperfeiçoamento dos controles internos, além de representar significativa melhora para a boa governança no âmbito ECAM perante seus financiadores e público-alvo, vêm ao encontro de princípios como transparência pública e controle social.

Palavras Chave: Terceiro setor, Relatório de atividades, Relatório de auditoria.

1. INTRODUÇÃO

As organizações sociais (OS) são formadas por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, tem como objetivo prestar serviços sociais para a população, servindo de auxiliar para o Estado, para atender as necessidades das populações carentes, executando serviços de ensino, pesquisa científica, saúde, proteção do meio ambiente entre outros. (FRANCISCO, 2000, p.183)

As OS são criadas a partir de um contrato de gestão, firmado através de pessoas jurídicas com o Poder Público. O Estado passa o direito de realizar as atividades para estas Organizações que recebem um amparo financeiro para executar as atividades que são regulamentadas pelas leis nº 9.637/98 e nº 9.790/99. A lei nº 9.637/98 ampara as Organizações Sociais, qualificando-as, dita sua composição, regulamentação e as desqualificam quando necessário. As Organizações Sociais (OS) assim como a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são amparadas por lei e constituídas através do contrato de gestão feito junto ao Poder Público. A lei nº 9.790/99 regulamenta e qualifica as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organização Social da Sociedade Civil de Interesse Público que atendam aos requisitos da lei. No seu art. 4º a lei especifica que para serem qualificadas como OS que as pessoas jurídicas de direito privado tenham em seu estatuto os princípios como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

"A organização social é constituída por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, por intermédio do Poder Público é permitido para realizar serviço público de natureza social, por meio de um contrato de gestão"(DI PIETRO, 2013, p.580).

Cabe então ao poder público, verificar se as pessoas jurídicas de direito privado, atenderam as condições necessárias da lei nº 9.637/98 e da lei nº 9.790/99, para atuar como organizações sociais. Se as condições estiverem de acordo com a lei, o poder público autoriza o seu funcionamento e em seguida as organizações já podem ser fiscalizada pelo Estado. Sendo assim, como consta no art. 9 da lei nº 9.637/98:

Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. (Brasil lei nº 9.637/98)

JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deve-se a importância da ECAM como ONG atuante na área socioambiental com ações voltadas para o bioma Amazônia, um dos mais complexos do mundo. A atuação desse tipo de instituição vem ganhando espaço e importância na sociedade em função de sua contribuição para a conservação. Apesar disso, ainda existem muitas dúvidas relacionadas aos gastos realizados pelas ONGs, o que justifica um estudo contábil aplicado ao setor. O desempenho e os resultados alcançados no âmbito do terceiro setor são complexos e difíceis de mensurar devido à sua dinâmica e amplitude. Diante disso, este trabalho busca responder determinadas dúvidas que pairam neste contexto, utilizando como *case* as aplicações dos recursos recebidos pela ECAM. Neste caso, o foco será sobre a relação entre os gastos realizados e os fins estabelecidos para tal em seu estatuto observada a partir dos relatórios de prestação de contas elaborados para o Ministério da Justiça e os relatórios dos auditores independentes.

Através dos conhecimentos adquiridos das pesquisas realizadas e do estudo feito com os relatórios de atividades e relatório de auditoria, o foco deste trabalho é responder a seguinte questão: **Os dados demonstrados a partir dos relatórios de atividades de prestação de contas para o Ministério da Justiça e os relatórios dos auditores independentes comprovam o efetivo cumprimento de missão definida no estatuto da ECAM?**

OBJETIVO GERAL:

Avaliar a efetividade dos gastos realizados pela Equipe de Conservação da Amazônia no cumprimento de sua missão institucional entre 2011 e 2012.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

Demonstrar a importância do terceiro setor na realização de suas atividades para com o Estado.

Verificar, por meio dos relatórios de prestação de contas elaborados para o Ministério da Justiça e os relatórios dos auditores independentes, a transparência dos trabalhos realizados pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM).

Atestar que os gastos compreendidos entre 2011 e 2012 estão condizentes com os trabalhos realizados pela ECAM neste período.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

TERCEIRO SETOR

Terceiro setor são organizações não governamentais sem fins lucrativos que prestam serviços auxiliares para populações carentes, como serviços sociais, saúde, educação, pesquisa científica entre outros. (TACHIZAWA, 2004, p.21)

O Terceiro Setor tem-se como objetivo, oferecer serviços que auxiliam as comunidades carentes ou serviços de proteção, os serviços oferecidos na área: ambiental, cultural, social, saúde entre outros. A administração pública, possui 3 setores, o primeiro setor é o público, o segundo setor é o privado que é formado empresas privadas, o terceiro setor é o das organizações sem fins lucrativos (ONG).

O terceiro setor surgiu na época do regime militar, no período em que o país passava por grandes mudanças, a partir desse momento o mundo passaria a sofrer muitas mudanças de modernização. (TACHIZAWA, 2004, p 24). Com o passar dos anos as ONGs veio tomando mais espaço na sociedade e se desenvolvendo cada vez mais, as décadas de 70,80 e 90 foram as mais importantes para o processo de desenvolvimento das organizações. As organizações são formadas por influência de outras organizações, são serviços voltados para beneficiar áreas como, saúde, educação, pesquisa científica, proteção ambiental. As primeiras ONGs que surgiram, eram igrejas que forneciam serviços comunitários para pessoas que residiam em áreas como periferias e bairros pobres. As ONGs mantêm-se a partir de doações recebidas de parceiros financeiros para serem aplicadas nas atividades descritas em seu estatuto.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO-OSCIP

Pelo contido na lei nº 9.790/99 compreende-se que as Oscip, são formadas por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e que tenham como objetivo, fornecer serviços sociais para o Estado, desde que atendam aos requisitos previstos no Art. 3º desta lei.

Entende-se a partir do Art. 9º da lei nº 9.790/99, para que as Oscip possam executar as atividades de serviços sociais, é feito um termo de parceria entre a organização e o Poder Público. O termo de parceria é feito para deixar claro as obrigações e responsabilidades de cada um.

A principal diferença das organizações sociais e das OSCIP é que as OS auferem delegação para gestão de serviço público, enquanto as OSCIP recebem ajuda do estado para executar as atividades de natureza privada. (DI PIETRO, 2012, p, 122). Ambas tem a mesma função, mas as OS tem parceria com o Estado através de um contrato de gestão enquanto as OSCIP tem-se termo de parceria com o Poder Público. Ambas são entidades privadas sem fins lucrativos que recebem autorização através do Poder Público, por meio de um contrato social para executar suas atividades sociais, tem como objetivo amparar o terceiro setor. A fiscalização ocorre por meio do Poder Público, para verificar se as atividades das organizações estão de acordo com o estipulado em contrato.

SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS

Os serviços sociais autônomos, são formados por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que juntamente com o Estado, prestam serviços sociais para a população, de categoria profissional e educacional (SANTOS, 2012, p,116). Os serviços são voltados para beneficiar a população, oferecendo cursos profissionalizantes para capacitar as pessoas para o mercado de trabalho, ou estabelecimento do qual as pessoas podem utilizar contribuindo com um valor simbólico, como em clube e academia.

Os serviços sociais são também conhecidos como Sistema S, que é composto: pelo SESC- Serviço Social do Comércio, SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional, SESI - Serviço Social da Indústria, SEST- Serviço Social de Transporte, SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Os serviços sociais autônomos não realizam serviços públicos, realizam atividades de interesse do Estado, sem fins lucrativos, mas são de interesse da sociedade ou de categorias profissionais (SANTOS, 2012, p, 117). As entidades não prestam serviço público para o Estado mas sim atividade privada de interesse público, são incentivadas pelo Poder Público para realizarem as atividades, recebem recursos do governo e são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União.

O Poder Executivo é autorizado a constituir as organizações sociais autônomas através da lei nº 8.246/91, conforme exemplificado em seu artigo 1º:

Art.1º É o Poder Executivo autorizado a instituir os Serviços Sociais Autônomos Associação das Pioneiras Sociais, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com o objetivo de prestar assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolver atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, em cooperação com o Poder Público.(BRASIL, 1991, Lei nº 8.246/91)

As organizações sociais foram criadas por meio da confederação Nacional que tem autorização para criação das mesmas por meio da lei nº 9.403/46 e lei nº 9.853/46 que dita sua organização (SANTOS, 2012, p, 117). O reconhecimento da existência das Organizações é conforme o art. 45 do código civil do qual especifica o seu reconhecimento:

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. (BRASIL, 1946, Lei nº 9.853/46)

ENTIDADES PARAESTATAIS

A terminologia paraestatal foi utilizada pela primeira vez no direito italiano em um decreto-lei de 1924, para constatar a existência de entes paraestatais, foi utilizada também em outras leis italianas; a mesma faz-se uso no direito brasileiro (DI PIETRO; 2013, p, 562).

As entidades paraestatais constituem o terceiro setor, são formadas por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, não pertencem ao Estado mas realizam atividades de interesse coletivo, que possuem característica do segundo setor.(SANTOS; 2012, p, 115). Executam atividades lado a lado com o Estado.

Entidades Paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado, às quais a ordem jurídica outorga o desempenho de funções administrativas; os entes administrativos paraestatais, que são pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação foi por lei autorizada, e dela recebe delegação o desempenho de funções administrativas; e os entes administrativos extra estatais, que são pessoas de direito privado, que se associam ao Estado para o desempenho de funções administrativas ou de simples atividades de interesse público, através de vínculos administrativos unilaterais ou bilaterais de colaboração. (DI PIETRO; 2013, p, 563).

As Entidades Paraestatais têm como objetivo executar atividades de interesse coletivo como serviços assistenciais, educacionais ou até mesmo profissionais, que o Poder Público não executa, não são autarquias nem fundações públicas. As entidades paraestatais fazem parte do terceiro setor por que não executam atividades do estado e nem atividade privada mas sim atividades de interesse coletivo com o intuito de proteger a ordem pública, através de um contrato de gestão, o contrato tem por objetivo estabelecer metas para serem alcançadas pela entidade, através de benefícios oferecidos pelo Poder Público. O contrato possui tempo determinado, e a entidade passa por um processo de verificação do cumprimento das metas.

ENTIDADES DE APOIO

As entidades de apoio são formadas por meio de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, são criadas por servidores públicos como fundação, associação ou cooperativa. Prestam serviços privados que não são serviços exclusivos do Estado, tem-se vínculo com a Administração Direta através de convênio (DI PIETRO, 2013, p, 574). Essas entidades são constituídas por meio de capital próprio dos servidores públicos, que tem objetivo de prestar serviços auxiliares através de contrato ou convênio, são regulamentadas através da lei nº 8.958/1994 que tem regulamentação através do Decreto nº 7.423/2010.

Sendo assim, tem-se no artigo 8º do decreto nº 7.423/2010, os contratos e convênios, devem ser efetuados entre a fundação de apoio e a instituição apoiada para realizar as atividades que devem ser estabelecidas por meio de contrato, conforme os objetivos e determinar os prazos.

EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

A Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), teve início em 08 de maio de 2002, como uma associação que é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, possui sede em Brasília, Distrito Federal, e tem escritórios regionais na cidade de Macapá, Estado do Amapá, Cacoal e em Santarém. A entidade pode constituir escritório para ser representada em qualquer parte do território nacional e no exterior, como decidido em assembléia pela diretoria, composta por um Diretor-Presidente, um vice Presidente, um Secretário Executivo e um Tesoureiro.

A instituição tem como objetivo a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, defesa, preservação e conservação do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, e combate a pobreza nas comunidades tradicionais. Quando da execução das suas atividades a mesma observará os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, não fazendo distinção de raça, cor, gênero ou religião.

DADOS DA ORGANIZAÇÃO

A ECAM é sediada em Brasília no Setor de Autarquias Sul Quadra 03 Bloco C Ed, Business Point Sala 303, possui escritórios regionais em Macapá, Santarém e Cacoal. Teve início em 2002, é uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) atua com o objetivo de fortalecimento dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, trabalha para proteção biocultural da Amazônia e dos povos que nela residem.

O trabalho da ECAM esta voltado para projetos que valorizem o conhecimento local e a conservação do meio ambiente. Para a instituição a palavra conservação do meio ambiente não se limita somente em combater queimadas, extração ilegal de madeira, ou até mesmo caça e pesca predatória, seu trabalho vai além disso, com o intuito de fortalecer as comunidades e atores locais, que são conhecedores dos desafios e soluções para a região da Amazônia. Desde 2002 a organização vem mostrando resultados satisfatórios se tratando de conservação ambiental que servem de exemplo dentro e fora do país. Para que haja a conservação do meio ambiente, a entidade capacita os povos que nela residem, oferecendo-lhes conhecimentos e ferramentas para conservação e proteção do meio ambiente.

Seus trabalhos tiveram inicio antes de sua fundação em 2000 com os povos do Alto Xingu no trabalho de Etnomapeamento. Este trabalho teve ampliação a partir de 2002 para a terra indígena Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este. Após esses trabalhos, a ECAM passou a desenvolver programas voltados para as comunidades destas regiões, apoiando com capacitação e fortalecimento das associações e programas de gestão territorial. No ano de 2004, a ECAM recebeu um convite dos representantes do povo indígena Surui de Rondônia para realizar uma parceria com suas comunidades com o objetivo de apoiar o seu plano de 50 anos.

Suas atividades são executadas de forma autônoma e independente, sem possuir qualquer vínculo jurídico com outras organizações. Inicialmente a ECAM era ACT pois a mesma mantinha parceria com a Amazon Conservation Team (ACT), é uma organização estrangeira que tem sede nos Estados Unidos, possui parceria na Colômbia, Suriname e no Brasil. A instituição recebia recursos da ACT até o ano de 2010, em Janeiro de 2012 a ECAM desfez o vínculo que tinha junto com a ACT com o objetivo de atuar sozinha, passando a usar a sigla ECAM estabelecendo um novo logotipo. O vínculo foi desfeito devido ao crescimento da instituição e a oportunidade de ampliar as relações com novos parceiros e possuir maior autonomia e responsabilidade para atuação. A captação de recursos é através de projetos e consórcios com as organizações parceiras.

A equipe técnica da ECAM é composta por 20 pessoas que atuam, juntamente com os povos indígenas, em seis estados da Amazônia (Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Pará); a ONG desenvolve três atividades que são Mapeamento, Manejo e Proteção.

O futuro da Amazônia sofre com constantes ameaças através de atividades que a prejudicam, como a extração da madeira, a mineração e o convertimento da floresta em pastagens e áreas de agricultura. Mesmo com os grandes esforços que são feitos para a preservação da Amazônia, ainda assim sofre com uma grande perda anual da cobertura florestal que fica com níveis alarmantes por causa das queimadas e desmatamentos, ocasionando grandes mudanças na Amazônia, reduzindo as chuvas e provocando as secas e queimadas. Isto gera um impacto expressivo na biodiversidade da região, contribuindo, até, para as mudanças climáticas, afetando todo o planeta.

Os trabalhos que a Equipe de Conservação da Amazônia realiza são centralizados com projetos de valorização cultural e conservação ambiental. A conservação não se dá somente por meio de combate a queimadas, extração ilegal de madeira e até mesmo caça e pesca predatória. Sua preocupação é a cuidar da Amazônia como um todo, e dedicar seu trabalho também as populações indígenas que são grandes conhecedores do meio ambiente. Desde o ano de 2002 a ECAM, vem servindo como exemplo para ações dentro e fora do país, quando se trata de conservação ambiental. A instituição busca apoiar e capacitar as comunidades tradicionais indígenas, por meio de parceria com a mesma, capacitá-las para que tenham conhecimentos e instrumentos para a conservação e proteção do meio ambiente, com

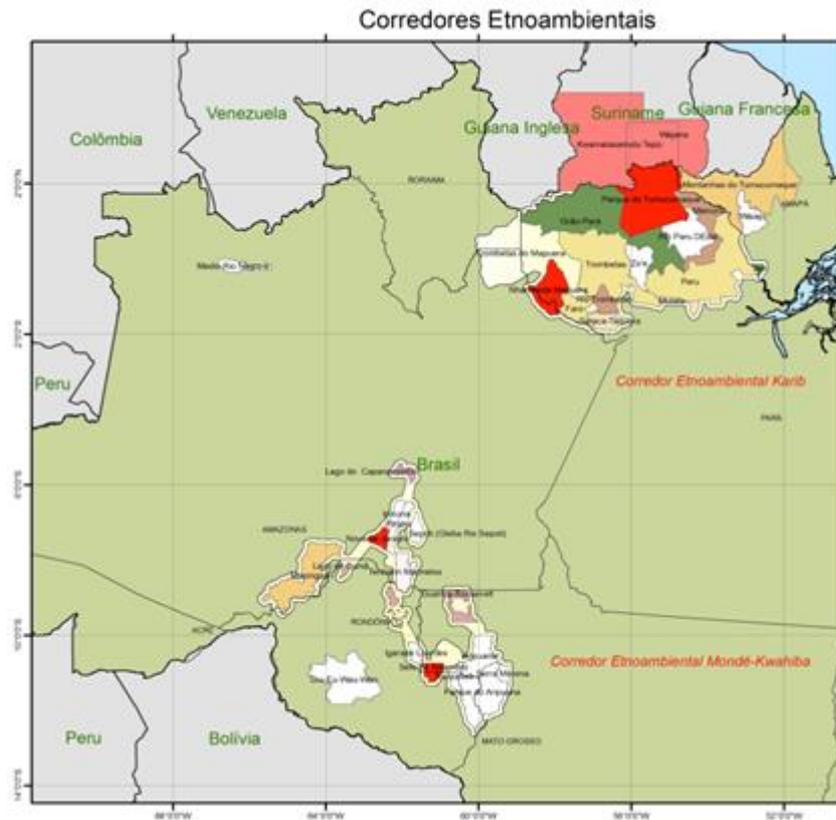
o objetivo de ajudá-los a entender o meio ambiente e a biodiversidade para serem conservados, é através das ações das comunidades que nele vivem.

DIRETRIZES DA ORGANIZAÇÃO

A ONG tem como missão fortalecer as comunidades tradicionais e conservar o meio ambiente. Sua visão está voltada para alcançar a sustentabilidade e a autonomia dos povos tradicionais, por meio de harmonia entre o homem e a natureza. A ECAM espera nas ações dos seres humanos a conscientização, principalmente nas pessoas que buscam saúde física e espiritual na natureza, que idealizam o meio em que vive e através da cultura e o modo de vida levado a partir da biodiversidade. Com isso, para amparar e fortalecer essas comunidades, é trabalhar e se dedicar para a humanidade e para o bem-estar do nosso planeta. Logo a instituição procura apoiar as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos por meio de parceria para com elas, buscando oferecer-lhes capacitações para que tenham instrumentos de conservação e proteção do meio ambiente para lutar junto com a comunidade envolvente na defesa dos direitos territoriais, políticos e culturais. Portanto, entende-se que a conservação do meio ambiente e da biodiversidade se dá por meio da conscientização e fortalecimento dos povos tradicionais que vivem nos ecossistemas locais.

Negócio e Mercado de Atuação

A ECAM vem realizando seu trabalho através do fortalecimento junto aos corredores etnoambientais, que tem como foco as pessoas que ocupam uma ecoregião não somente de fatores ecológicos. Os dois corredores que a entidade trabalha junto é o corredor Karib que é composto pelas terras indígenas e unidades de conservação federais e estaduais, juntamente com a Calha do Norte no Pará e o Mosaico do Amapá. Mundé é o segundo corredor, como demonstrado na mapa a seguir.



Trabalhos Realizados

A instituição juntamente com a Fundação Nacional do Índio(FUNAI) realizou um dos primeiros trabalhos de mapeamento cultural no Brasil, com os povos Kamayaura e Waura que ficam localizados no Xingu.

O primeiro curso que foi realizado pela ECAM, foi o curso de guarda parques na Amazônia com certificado através da Federal Internacional de Guarda Parques(FIG), foram treinados mais de 500 pessoas que são habitantes da Amazônia, sendo povos indígenas e não indígenas para o curso guarda parques.

A ECAM por meio de parceria com a Associação de Defesa Etnoambiental-Kaninde, Forest Trend, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e com outros parceiros, apoiam o povo indígena Paiter Surui na atividade de desenvolvimento do primeiro projeto de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (REDS) + indígena no mundo, buscando atingir a sua validação e verificação.

A ECAM possui parceria com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPE), com as associações indígenas e com a FUNAI. Com o trabalho realizado em conjunto,

implementaram o primeiro projeto de grande escala para o monitoramento participativo de biodiversidade das terras indígenas da Calha Norte.

Desenvolveu-se também 8 capacitações de técnicos ambientais na formação de guarda parques e 8 formações de agentes ambientais indígenas, e a editora da Equipe de Conservação da Amazônia tem apoiado diversas publicações contendo resultados dos projetos realizados e divulgação de suas metodologias.

O trabalho de treinamento de guarda parques e agentes ambientais indígenas visa formalizar a categoria de profissionais nas comunidades locais que trabalham com a gestão de áreas protegidas. Este trabalho é feito nos níveis municipais, estaduais e federais. A ECAM trouxe metodologias de treinamento de guarda parques para a Amazônia brasileira a partir de experiências de outros países, como Uruguai, Chile, Austrália, Estados Unidos, entre outros. O curso é certificado pela Federação Internacional de Guarda Parques, que possui instituição brasileira cuja entrada na federação foi promovida pela ECAM. (ECAM, Brasília, 2009).

Além disso, a organização desenvolve atividades apoiadas em três pilares base - Mapeamento, Manejo e Proteção, descritos a seguir:

Mapeamento - A construção de estratégias de conservação requer a produção de mapas detalhados a partir de metodologias apropriadas para envolver as comunidades indígenas, permitindo a integração de conhecimentos tradicionais com as mais modernas tecnologias ocidentais. Os três tipos de mapas gerados são:

- (i) Etnomapeamentos, que sintetizam os valores culturais de povos indígenas e seus conhecimentos sobre os recursos naturais dentro dos seus territórios;
- (ii) Mapas de riscos e capacidades, que identificam potenciais ameaças à integridade desses territórios e possíveis soluções embasadas nas capacidades das próprias comunidades indígenas;
- (iii) Diagnósticos etnoambientais, que fornecem uma análise mais ampla dos territórios embasada em todas as fontes disponíveis e apresentadas na forma de mapas, desenhos e textos. (ECAM, Brasília, 2009).

Manejo - Apoiada nas ferramentas de mapeamento, a ECAM também colabora com a construção de planos de gestão territorial, os quais definem estratégias e metas para a garantia da segurança alimentar, saúde, educação, cultura, habitação, transporte e sustentabilidade ambiental. A partir destes são elaborados planos específicos, em especial de manejo de

recursos naturais, para garantir a geração de renda a partir de produtos florestais não madeireiros, e ações destinadas à manutenção da floresta em pé. Na Terra Indígena Sete de Setembro, habitada pelos índios Surui, a ECAM, juntamente com instituições parceiras, viabilizou a construção do Projeto Carbono Surui. Esta experiência propiciará o desenvolvimento de um modelo de projetos de pagamentos por serviços ambientais a REDS. As metodologias criadas dentro deste projeto podem orientar as políticas Nacional e Regionais de REDS para terras indígenas tendo em vista o pioneirismo do projeto como já referendado por instituições como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Proteção - A ECAM atua também no desenvolvimento de estratégias para a proteção efetiva de territórios. Essas estratégias são enfocadas em planos de vigilância e monitoramento e capacitação de profissionais na área de conservação (agentes ambientais). Esta última área de ação (capacitação de agentes ambientais) é o enfoque do projeto Fundo Amazônia. (ECAM, Brasília, 2015).(ECAM, Brasília, 2009).

No Parque Indígena do Xingu, a ECAM apoiou a realização de cursos que abordam temas como controle da poluição ambiental, conservação de recursos naturais e fortalecimento institucional de associações e representações indígenas (como o de gestão e elaboração de projetos, redação oficial e cursos de informática). Além disso, foram ministrados cursos de mecânica para conserto dos motores, de barcos, de automóveis, vigilância territorial, e controle e combate a incêndios florestais.(ECAM, Brasília, 2015).

No Estado do Amapá, a ECAM iniciou cursos sobre a gestão de áreas protegidas em 2005. O propósito inicial era o fortalecimento de projetos de vigilância na Terra Indígena Parque do Tumucumaque. No ano seguinte, o projeto se estendeu pelas demais áreas protegidas do Estado do Amapá.(ECAM, Brasília, 2015).

Os Cursos de Agentes Ambientais têm como público-alvo povos da floresta (indígenas e quilombolas) e não indígenas que exerçam atividades relacionadas à proteção e vigilância ambiental de áreas protegidas. (ECAM, Brasília, 2015).

CONCORRENTES DIRETOS

Pode-se dizer que os únicos concorrentes diretos do ECAM são os destruidores da Amazônia, pois o desmatamento da Floresta Amazônica é um dos principais problemas ambientais do mundo atual, em função de sua grande importância para o meio ambiente. Este desmatamento causa extinção de espécies vegetais e animais, trazendo danos irreparáveis para o ecossistema amazônico.

3.METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter qualitativo e segundo Beuren :

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. (BEUREN, 2004, p, 92)

A pesquisa também possui caráter explicativa, pois tem como objetivo, realizar uma pesquisa aprofundada, aproximando os conhecimentos da realidade, para identificar o porquê das coisas. (MARCONI; 2011, p. 39)

Para este estudo foi utilizado o método dedutivo de pesquisa, partindo da compreensão que o método indutivo parte-se do estudo geral para o particular, os princípios analisados são verdadeiros que auxiliam para a construção da conclusão de maneira formal.(Gil, 2008, p, 9)

Essa pesquisa é um estudo de caso que segundo (Gil) é caracterizado por ser feito com o objetivo de estudar/analisar um único objeto de maneira que possa adquirir mais conhecimentos do mesmo, buscando assim compreender e explicar a situação ou fato que é o objetivo da pesquisa. (GIL, 1999, p. 73). O estudo tem com objetivo analisar a instituição ECAM que é integrante do terceiro setor.

A pesquisa foi realizada a partir dos relatórios de atividades para o Ministério da Justiça e dos relatórios de auditoria dos anos de 2011 e 2012, que demonstra as entradas de receitas e os gastos dos períodos relativos a Equipe de Conservação da Amazônia(ECAM).

Para a construção da análise foi utilizado como fonte de verificação os relatórios de atividades feitos para o Ministério da Justiça e os relatórios de auditoria dos anos de 2011 e 2012, para isso foi feito uma planilha colocando as despesas dos anos mencionados

anteriormente, onde podemos concluir se de fato a ECAM, faz aplicação dos recursos recebidos para os fins destinados, de acordo com o objetivo específico e objetivo geral deste estudo.

4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo tem como objetivo, Avaliar a efetividade dos gastos realizados pela Equipe de Conservação da Amazônia no cumprimento de sua missão institucional entre 2011 e 2012.

DESPESAS DA ECAM	2011	2012
Despesa com Pessoal		
Salários de funcionários (c/ vínculo empregatício)	R\$ 725.531,96	R\$638.083,21
Encargos Sociais com Pessoal	R\$ 298.018,24	R\$237.215,72
Despesas Diversas com Pessoal	R\$ 196.319,02	R\$183.233,37
Recursos humanos Externos-Pessoa Física	R\$ 179.520,04	R\$555.032,04
Recursos Humanos Externos-Pessoa Jurídica	R\$ 79.061,54	R\$151.863,19
INSS sobre serviços prestados por terceiros		R\$ 82.763,23
Outras despesas com serviços contratados	R\$ 51.839,87	R\$53.559,30
Custos de Projetos	R\$ 128.074,13	R\$402.108,67
Águas, gás e energia elétrica	R\$11.557,99	R\$ 9.773,90
Aluguéis pagos	R\$144.403,47	R\$142.297,04
Diárias e viagens	R\$ 27.308,40	R\$ 84.596,70
Hospedagem	R\$ 50.920,19	R\$130.480,71
Passagem aéreas/rodoviárias	R\$ 212.208,34	R\$613.495,51
Telefone, Fax e outras desp. c/ comunicações	R\$ 33.726,70	R\$ 41.490,18
Serviços Técnicos e Especializados	R\$19.306,00	R\$ 3.465,00
Prêmios de seguros contratados	R\$ 8.013,38	R\$ 8.785,18
Outras despesas administrativas	R\$ 61.407,48	R\$ 71.549,91
Estagiários	R\$14.280,00	R\$ 8.514,00
Impostos Municipais	R\$17.873,38	
IOF	R\$ 4.161,07	R\$ 16.076,81
Outros tributos, taxas e contribuições	R\$ 32.791,69	R\$ 49.372,99
Outras despesas Beneficentes	R\$ 334.501,06	R\$468.594,28
Outras despesas com Bolsas de estudo		R\$9.036,00
Despesas Bancárias	R\$ 9.061,59	R\$8.169,91
Outras despesas financeiras	R\$ 73,09	R\$ 20.265,65
Despesas com depreciação	R\$ 35.360,88	R\$ 39.774,44
Outras provisões constituídas	R\$ 103.455,96	R\$176.395,08
TOTAL DE DESPESAS	R\$2.778.775,47	R\$ 4.205.992,02

Fonte: Quadro I: Dados Fornecidos pela Ecam

Observa-se que a ECAM no ano de 2011 recebeu uma receita de R\$ 2.916.340,46, dos seus parceiros e doadores do exterior.(ECAM, relatório de atividade, 2011) Anexo I

A despesa com pessoal no ano de 2011 foi de R\$ 1.478.450,80 esse gasto é referente a pagamento dos funcionários da ECAM no ano de 2011.

Os gastos de recursos humanos externos de pessoa física no ano de 2011 teve o total de R\$179.520,04 essa despesa é referente a pagamento de pessoa física quando a instituição não tem a mão de obra qualificada para realizar determinados serviços voltados para as atividades, o pagamento é feito por meio de Recibo de Pagamento de Pessoa Física(RPA).

Os gastos de recursos humanos externos de pessoa jurídica no ano de 2011 totalizou em R\$ 79.061,54 é referente aos serviços de consultoria realizados para a instituição, a mesma formula um contrato de prestação de serviços com as pessoas jurídicas, nesse contrato é estabelecimento quais as atividades a pessoa irá executar e com isso entregar a atividade para que seja efetuado o pagamento na data estabelecida, a ONG fica responsável pelos impostos federais e o ISS quando devido.

Os gastos de diárias e viagens, hospedagens e passagens aéreas são feito com base nos cursos que a instituição se propõe a oferecer para capacitação dos indígenas, para custear deslocamento dos funcionários da ECAM para irem até os locais onde serão realizadas as atividades propostas, essas atividades são cursos de formação para os indígenas e reuniões nas aldeias e nos escritórios da instituição.

No ano de 2011 a despesa com Diária e Viagens foi de R\$ 27.308,40 que é referente a pagamento de diárias para os funcionários da ECAM para custear gastos emergenciais no período em que se encontram em campo ou em cursos com os povos indígenas.

A despesa de hospedagem é referente ao pagamento de estadia em hotel no momento em que os funcionários vão para campo para realizar as atividades ou encontros com parceiros para discutir e elaborar melhorias de atuação para com os povos indígenas na Amazônia. Quando os indígenas estão inseridos nos projetos, a ECAM banca a estadia dos mesmos nos hotéis, os mesmos se deslocam para realizarem atividades ou reuniões diretamente com a instituição.

As passagens aéreas e rodoviárias são referentes aos deslocamentos dos funcionários para ministrarem cursos de capacitações para os indígenas e custear deslocamentos dos mesmos quando necessário, o gasto com passagem de ônibus é realizado para os trechos de difícil acesso, para os funcionários e os indígenas.

No ano de 2011 a ECAM realizou capacitações em 7 modalidades voltadas para o fortalecimento da Amazônia com a conscientização dos povos indígenas. Para a realização das atividades a instituição conta com a participação da Advogada da ONG que a mesma participa das realizações dos projetos para assessorar nas atividades de mapeamento, etnozoneamento, elaboração dos planos de gestão para esclarecer as questões jurídicas diante das dúvidas dos indígenas em relação da proteção dos territórios e vigilâncias, preocupando em assessorar o público alvo da ECAM no momento de elaboração dos projetos. A geógrafa da instituição realiza as atividades de mapeamento das áreas e assessorar as associações nos processos de articulações políticas, para discutir instrumento de mapeamento e como utilizá-los fora para buscar uma política pública, não ajuda somente na elaboração dos produtos mas traz formas, instrumentos de capacidade de participação para que essas pessoas possam com o esse produto buscar direitos, acesso as políticas publicas e governamentais.(ECAM, Brasília, 2015).

As despesas com telefone são realizadas para as comunicações entre os escritórios da ECAM, com os parceiros da instituição e com os indígenas, em 2011 a despesa com telefone foi totalizada em R\$ 33.726,70 que é referente aos 4 telefones fixos nos escritórios e a instituição possui 4 celulares para uso institucional pelos funcionários quando viajam para campo.

O gasto de outras despesas administrativas foi de R\$ 61.407,48 referente a gastos realizados no ano de 2011, despesas gerais como manutenção dos escritórios.

No ano de 2011 a ECAM teve uma despesa com estagiários no valor total de R\$ 14.280,00 eram 2 estagiários e cada um recebia bolsa R\$ 595,00, um estagiário era estudante de Secretariado Executivo e o outro era estudante de Ciências Contábeis.

A despesa de impostos municipais no ano de 2011 foi de R\$ 17.873,38 referente ao pagamento de imposto sobre serviço prestado(ISS), neste ano foram realizados pagamentos para consultorias, ficando conforme em contrato, a cargo da instituição a recolher o ISS e os impostos federais.

As outras despesas beneficentes no ano de 2011 tem o total de R\$ 334.501,06 referente a termos de doações realizados para os indígenas para custear suas despesas no momento em que se encontram em atividades fora da aldeia, eles deixam de cultivar suas

plantações para participar de projetos que estão inseridos, com isso a ECAM custeia os gastos que dos mesmos nos períodos de realização das atividades.

Atividades realizadas com os povos indígenas nos 2 anos são bastante parecidas mantendo-se no foco de proteção da Amazônia e qualificação dos povos para proteção da mesma.

Os custos com projeto são referentes aos gastos realizados no decorrer do ano de 2011 referente a aluguel de espaço por um curto período para realizar cursos, compra de equipamentos para os indígenas, gastos com manutenção dos equipamentos, alimentação para os participantes dos cursos, confecção de camisetas, adesivos, premiações para os indígenas, aluguel de veículo, frete de barcas e passagens terrestres.

O gasto de obrigações fiscais é composto pelo pagamento dos impostos que são referentes a pagamento de RPA (ISS, ISS Patronal, IR, INSS), e os impostos sobre serviços prestados (ISS).

No ano de 2011, a ECAM realizou as seguintes atividades:

Curso	Objetivos	Povos/Estado	Participantes	Ano
Biomonitoramento	Capacitação de censo faunístico e socioeconômicos	Apalai, Waian e Tiriyo	4.000	2011
Etnozonemaneto	Regras para uso racional da terra indígena por definição de zonas	Diahui	110	2011
Estudo	Potencial das atividades econômicas sustentáveis na terra indígena	Sete de Setembro	1.300	2011
Mapeamento	Mapeamento de riscos, plano de proteção	Diahui	110	2011
Reunião	Articulação com entes públicos p/ plano de proteção da terra indígena	Diahui	1.300	2011
Curso	Curso de Guarda Parques	Amapá e Pará	21	2011
Curso	Curso de Agentes Ambientais Corredor		60	2011
Total			6.901	2011

Quadro II: Dados fornecidos pela ECAM
Elaboração própria

Para a realização dos cursos demonstrados no quadro II, contou com a participação da geógrafa para coordenar e auxiliar na execução das atividades, mapear as aéreas, com o TI para orientar os indígenas de como utiliza as ferramentas que dispõe do uso de tecnologia, participação da publicitária para registrar com fotos e filmagens a realização dos cursos. Os cursos aconteceram ao decorrer do ano, com isso houve maior gasto de viagens, hospedagens e alimentação dos participantes. O diretor da instituição participa de reuniões com parceiros

indígenas, com os financiadores dos projetos com a ECAM, para encontro no território nacional e internacional.

Conforme o relatório de auditoria do ano de 2011 levantado pelo auditor da Marrocos Auditores Independentes em 31 de dezembro de 2012, infere-se a partir das demonstrações contábeis apresentadas da Equipe de Conservação da Amazônia, os resultados são satisfatórios pois os mesmos representam adequadamente a posição financeira e patrimonial da ECAM.

No ano de 2012 houve um aumento considerável da receita da Equipe de Conservação da Amazônia, recebeu em doações uma receita total de R\$ 5.694.095,92 que representa que a instituição no ano de 2012 comparando com o ano de 2011, obteve uma maior captação de recursos por meio dos seus trabalhos realizados e projetos elaborados frente a seus patrocinadores financeiros, despertando um maior interesse das atividades realizadas na região. (ECAM, Relatório De Atividades, 2011). Anexo II

Em 2012 houve um maior gasto com a despesa de Recursos Humanos Externos Pessoa Física foi de R\$ 555.032,04 comparado com o ano anterior, o que demonstra que a instituição necessitou de mais pessoas para realizar os trabalhos em campo, nas atividades voltadas para a realização dos cursos de capacitação, pagamentos realizados por meio de RPA, efetuando os pagamentos dos respectivos impostos.

A despesa de Recursos Humanos Externos-Pessoa Jurídica em 2012 teve o total de R\$ 151.863,19 houve um acréscimo considerável de um ano para outro, necessidade de mais serviços aumento da demanda dos cursos neste ano.

Os custos com projetos no ano de 2012 foi maior do que no ano anterior, no total de R\$ 402.108,67 demonstrando que neste ano houve mais projetos, mais investimentos, mais interesses dos doadores do que no ano anterior, conseqüentemente o gasto foi maior para realização das atividades em campo voltadas para qualificação dos povos indígenas.

No ano de 2012 a instituição teve um decréscimo na despesa de aluguel R\$ 142.297,04 devido a entrega de um dos escritórios das regionais.

A despesa com Viagens teve um acréscimo no ano de 2012 com o total de R\$ 84.596,70 mostrando que com o aumento dos projetos e das atividades, os funcionários precisaram se deslocar mais para o campo e ficar mais tempo nas atividades ministradas.

A despesa de hospedagem é maior do que no ano anterior, sendo que em 2012 o valor é de R\$ 130.480,71 apresenta um crescimento favorável devido a maior necessidade de viagens para o campo para realizar as atividades, realizações de reuniões com os parceiros.

O custo com passagens aéreas/rodoviárias tem o total de R\$ 613.495,51 representa um acréscimo relativo, devido a maior necessidade de deslocamentos para idas e vindas em campo, gasto referente aos deslocamentos dos funcionários e dos indígenas, para as atividades e reuniões dentro e fora do país.

A ECAM teve um grande acréscimo no pagamento dos impostos, representando que neste ano houve mais atividades e maior necessidade de contratar mão de obra para realização das mesmas.

No ano de 2012 a Equipe de Conservação da Amazônia ministrou os seguintes cursos:

Cursos/Atividades	Povo/Estado	Participantes	Ano
Curso de Guarda Parques I	Xingu	28	2012
Curso de Guarda Parques II	Kaxuyana	25	2012
Curso de Guarda Parques III	Xuixuimene	30	2012
Curso de Guarda Parques IV	Tiriyó	25	2012
Manuseio de GPS e bussola	Apalai	34	2012
Mini curso Prático de GPS	Bombeiros	10	2012
Total		152	2012

Quadro III: Fonte de dados fornecidos pela ECAM

Elaboração Própria

Até o ano de 2011 a ECAM mantinha vínculo com a ACT que é uma ONG que fica nos Estados Unidos, a instituição tinha a ACT como uma financiadora, recebia doações da mesma, e mantinha parceria com outros financiadores como IEB(USAID), Fortis e Garahitxa . Nesse período trabalhava com três vertentes que era mapeamento, manejo e proteção. No ano de 2012 a ECAM tornou uma associação independente, desfazendo o vínculo que tinha com a ACT, neste ano a mesma passou a receber recursos da Moore que foi um grande financiador para as propostas da instituição, ano que houve mais projetos, gerando mais atividades e com isso maiores necessidade de deslocamento dos funcionários e maiores gastos com passagens aéreas e hospedagens. As políticas foram construídas a nível nacional, uma delas é a Pngati que é um decreto nº 7.747/12 que é política nacional e ambiental de proteção de terras indígenas, política que possui duas ferramentas para alcançar a gestão territorial que

é o etnomapeamento e o etnozzoneamento, no etnomapeamento a proposta da ECAM é trabalhar na construção de mapa cultural, partindo da metodologia de mapeamento cultural colaborativo, a instituição colabora com o conhecimento técnico na construção dos mapas que os índios elaboram com os conhecimentos tradicionais que possuem.

O etnozzoneamento é o segundo instrumento que a Pngati trás, é um mapa e o objetivo desse mapa é zonestar as áreas, criar áreas da terra indígena e dar uso para essas áreas, quando a ECAM realiza o etnozzoneamento faz antes um trabalho de diagnóstico etnoambiental participativo que é feito por antropólogo que faz a parte de socioeconomia, geógrafo, engenheiro ambiental, agrônomo que realiza a parte de meio físico que estuda geologia, geomorfologia, pedologia, pressão antropica, clima hidrografia e biólogos que estudam a fauna em geral, a vegetação é feito pelo engenheiro ambiental e ictiofauna, esse trabalho é feito por um pesquisador branco, acompanhado por um indígena, esse trabalho dura 20 dias e o objetivo é fazer um diagnóstico para ver como esta a terra em níveis ambientais para ter disponibilidade de caça e sobrevivência. A ECAM busca conscientizar e qualificar os povos indígenas para a proteção da Amazônia, com a proposta de que eles se mantenham e preservem a terra deles, a proteção das matas se dar por meio do IBAMA, FUNAI e o ICMBIO.

A ECAM busca garantir que os povos indígenas possam garantir na terra em que vivem seja fruto de sobrevivência, a instituição tem projetos de capacitação e projetos que ajudam a desenvolver as capacitações dentro das aldeias por meio de profissionais especializados contratados que trabalham participativamente com comunidades indígenas para garantir a gestão da terra indígena é preciso saber, como capacitar? o que melhorar?, para que não falta dentro da terra indígena saúde, educação e alimentação. A instituição faz o papel de gestão, ajudando na implementação e construção desse projeto de gestão, com ferramentas como etnomapeamento, etnozzoneamento. A ECAM já elaborava essas atividades antes da existência do Decreto nº 7.747/12. Por meio do projeto Biomonitoramento a ECAM busca passar para os povos indígenas conscientização para que os mesmos saibam como utilizar os seus recursos naturais de forma que não venha a acabar e garantir a sua sobrevivência e harmonia entre os povos.

As auditorias da Equipe de Conservação da Amazônia ocorrem em períodos diferentes, em Março do ano atual referente ao ano anterior. A auditoria anual é realizada pela Marrocos Auditores Independentes. As auditorias que acontecem por projetos, os

financiadores escolhem a melhor data para a realização das auditorias e envia os seus auditores internos para as realizações das mesmas. A ECAM recebe doações de sete financiadores que são: Moore Bio, Fundo Vale, Fundo Vale Forest Trend, Fundo Amazônia, Mineração Rio do Norte, a instituição recebe os recursos e o dinheiro que não for usado para as atividades ela tem que devolver para os seus respectivos doadores, com a auditoria é possível ver que a instituição realiza suas atividades corretamente, de maneira ética e com transparência para com os seus financiadores.

Foi apresentado um registro das atividades mas muito pouco para realizar o estudo com maior detalhamento dos dados para serem analisados. Observa-se que a instituição não se preocupa em manter um rigoroso controle das atividades ministradas, pois o mesmo é importante para saber como anda o processo de melhoria da instituição em atingir seus objetivos.

Conforme mencionado anteriormente na metodologia, por meio dos relatórios de atividades e relatório de auditoria, foi possível realizar o estudo de verificação das principais despesas da ECAM nos anos de 2011 e 2012 que são voltadas para aplicações em projetos. Os relatórios de atividades foram fornecidos, onde verifica-se que os principais e mais altos gastos da instituição são voltadas para realização das atividades que tem como direcionadores os povos indígenas Os relatórios de auditoria atestam a veracidade da instituição.

Por meio dos dados fornecidos foi possível verificar em o que a ECAM aplica os recursos recebidos, são utilizados para capacitação e conscientização dos povos indígenas e para a proteção da Amazônia. A Equipe de Conservação da Amazônia não mantém foco somente na proteção da Amazônia e sim na capacitação dos povos que lá residem para que os mesmos possam realizar a proteção e conservação devida, a principal proteção acontece é por meios dos povos indígenas, a instituição não protege diretamente a mata pois existem os órgãos competentes para isso como mencionados no desenvolvimento deste trabalho.

Para a análise dos dados utilizou-se as informações de quais instituições a ECAM recebe apoio financeiros e qual é o seu objetivo específico para utilização da verba adquirida, seus patrocinadores são; Fundo Vale, Avina, Moore Bio, Porticus e Sema, GarahItxa.

A Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale) que é uma entidade sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro-RJ, estabeleceu um termo de parceria junto com a ECAM, a FV doa recursos para a instituição utilizar no projeto de

Fortalecimento da Gestão Socioambiental Municipal no Estado de Rondônia, neste termo é estabelecido onde a entidade pode utilizar os recursos como, passagens aéreas, passagens de ônibus, aluguel de carro e diárias. O objetivo do projeto é fortalecer a sinergia entre as organizações do terceiro setor do Estado de Rondônia, associações representativas das Administrações Públicas Municipais de Porto Velho e Cacoal para junto contribuírem com um plano de Diretrizes para o diálogo entre o Estado e Municípios como representantes de suas sociedades locais e comunidades tradicionais. (Termo de parceria do Fundo Vale, 2011).

A auditoria do fundo vale foi realizada pela Mazars Auditores Independentes, onde observa-se o resultado satisfatório das atividades realizadas pela ECAM, foi levantado a necessidade de melhoria dos controles internos da organização. (ECAM, 2012, anexo 5)

A Fundación Avina (Avina) é uma fundação latino americana com escritório no Rio de Janeiro - RJ, juntamente com a ECAM a mesma mantém um convênio onde busca apoiar financeiramente a instituição por meio de projetos que tem como objetivo mútuo de trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável, o objetivo geral do projeto com a Avina é consolidar corredores etnoambientais como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O projeto Moore Bio tem como objetivo a biodiversidade cientificamente e os planos de monitoração para 4.4 milhões de hectares de terras indígenas no corredor de conservação da Calha Norte. Para alcançar esses objetivos já citados foram implementadas as seguintes atividades:

Fortalecer a governança indígena no corredor Monde Kwahiba.
Apoio ao município de Cacoal no desenvolvimento de mecanismos com foco no meio ambiente.
Fortalecer os conselhos de meio ambiente e agricultura de Cacoal.
Apoio a conferências municipal para elaborar o plano municipal de meio ambiente
Reuniões com parceiros
Sistematização dos resultados do consórcio

Quadro IV: Dados fornecidos pela Ecam

Com base no relatório de auditoria do projeto Avina, foi realizada pela Marrocos auditores, onde o mesmo expressa opinião sobre as atividades realizadas pela ECAM com resultados favoráveis frente ao recurso recebido e sua utilização, o mesmo aponta a necessidade de melhoria dos controles internos da instituição.

A Fundação Gordon e Betty Moore é um financiador da ECAM que doa recursos para serem utilizados como apoio participativo a gestão de biodiversidade cientificamente baseada e aos planos de monitoração para 4,4 hectares de terras indígenas no corredor de

conservação da Calha Norte. O relatório de auditoria da Moore demonstra a utilização dos recursos recebidos em conformidade com os seus objetivos e atividades realizadas.

A Pórticus é uma instituição internacional sem fins lucrativos, situada em Amsterdam, oferece suporte para ECAM, para que a mesma possa apoiar seus parceiros indígenas para diminuir os conflitos na região de Rondônia entre povos indígenas e os atores do seu entorno construindo programas que fortaleçam a gestão integrada.

Para este projeto foram realizadas as seguintes atividades em Rondônia:

Visitas, treinamento em loco em Alta Floresta e com IDESAM
Capacitações em Porto Velho por pessoas chaves da AMAZON, IDESAM e municípios verdes
Reuniões de trabalho no PMV em Belém e Paragominas de representantes estaduais e municipais
Contratação de uma pessoa jurídica para fazer diagnostico dos municípios que são parte de três eixos que formam o entorno dos corredores etnoambientais na região
Implementação do diagnostico a partir de visitas em campo com os municípios
Reuniões e visitas com as associações de produtores rurais em regiões estratégicas do projeto
Implementação de projeto piloto do Cadastro Socioambiental pela Aliança da Terra com produtores rurais, fazendeiros e comunidades indígenas

Quadro V: Dados Fornecidos pela Ecam

Conforme o relatório de auditoria realizado a pedido dos financiadores da Porticus, pode observar que a ECAM utilizou os recursos em conformidade com as atividades, sendo que a sua análise possui resultado positivo sobre a utilização do recurso por meio da instituição.

A Equipe de Conservação da Amazônia prestou serviços para o Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural (NGPR) por meio contrato de serviços de consultoria, com o objetivo de realizar curso de formação de agentes ambientais indígenas para a secretaria de Estado de meio ambiente do Pará/PA-(Sema Agentes Ambientais). Esse programa de formação e treinamento de Agentes Ambientais indígenas, teve realização com os povos indígenas da terra indígena alto Rio Guamá localizada nos municípios de capitão Poço, Viseu, Paragominas, Santa luzia do Pará, Cachoeira do Piriá e Garrafão do Norte, com duração de 6 meses, sendo 2 meses de planejamento e organização das atividades do programa, 2 meses para consentimento prévio informado para as comunidades indígenas, 2 meses para realização das atividades de treinamento dos agentes ambientais indígenas. As atividades acontecem em 6 módulos que são acompanhamento pedagógico, legislação ambiental, biodiversidade, Fauna Silvestre, Fauna Aquática, Gestão de áreas protegidas, Orientação e cartografia, educação ambiental e participação social, Proteção, Práticas e

vivências em áreas protegidas, técnicas de primeiros socorros, Patrulha e fiscalização, monitoramento da biodiversidade na trilha.

Para atividade de Biodiversidade é executado apresentações com slides, onde é apresentado para os conceitos do tema proposto através da exposição de imagens auto explicativas, é feito debates em grupos para troca de experiências. O módulo de Legislação é feito aulas com diálogos para troca de experiências sobre as leis de suas comunidades. A legislação aplicada para os participantes para ter a oportunidade de aprender sobre a lei de crimes ambientais nº 9.605/98 e suas aplicações no Estado do Amapá.

O módulo de Biodiversidade teve atividades práticas e teóricas de coleta de identificação botânica, reconhecimento das plantas comuns e plantas medicinais usadas pelos povos indígenas.

No módulo de Fauna Silvestre é realizado o reconhecimento da fauna local, baseado nas experiências de reconhecimento de cada indígena em relação à fauna silvestre de sua região, aula teórica da importância da fauna para os ecossistemas. O módulo da Fauna Aquática é oferecido atividades voltadas para o Ecossistema aquático regional com aula teórica e prática, atividade prática baseada nas experiências e conhecimentos tradicionais de cada cursista em relação a fauna aquática de sua região. Foram realizadas dinâmicas em grupo com o intuito de exemplificar a importância de se trabalhar em equipe e de sempre pensar no próximo, lei da doação e do retorno. O módulo de gestão de áreas protegidas tem como objetivo oferecer atividades de estratégia de gestão, por meio de mapas municipais onde os indígenas compreendem a extensão territorial e suas possíveis funções nas áreas protegidas, com atividade prática de delimitação e criação de mapas.

Módulo de Orientação e Cartografia, apresentação de slides e ferramentas básicas de cartografia, por meio de imagens e linguagem objetiva, foram realizados exercícios práticos de escala e coordenadas geográficas, aplicação prática de GPS dentro do Parque Zoobotânico, onde os participantes receberam GPS e coordenadas que os levavam em 2 pontos diferentes.

O módulo de Educação Ambiental e Participação social teve como objetivo oferecer ferramentas e conceitos de educação ambiental e legislações pertinentes. Para o módulo de Proteção foi apresentado um plano de proteção (diagnóstico e planejamento), execução de ações e medidas cautelosas. Elaboração de mapas com as principais ameaças, conservação da biodiversidade presentes em suas comunidades.

Módulo de técnicas de Primeiros Socorros, onde os participantes aprendem como montar maca improvisada utilizando apenas os recursos naturais, técnicas de transporte em grupo e transporte individual para vítimas desacordadas e com fraturas, técnicas de imobilização de membros fraturados, simulações de resgate terrestre e resgate aquático. O módulo de Patrulha e fiscalização é realizado com patrulhas terrestres onde os indígenas realizam patrulhas noturnas, implantam armadilhas para os caçadores, aprendem a detectar e desarmar essas armadilhas. Fazem patrulhas fluviais nos rios para proteção contra os possíveis caçadores. Para realização do curso a ECAM necessitou da participação de profissionais de formação diferente para realizar as capacitações, onde foi efetuado os pagamentos por meio de RPA.

O segundo contrato de prestação de serviços com a Núcleo de Gerenciamento Pará Rural (NGPR) foi também por meio de contrato de serviços de consultoria que tem como objetivo a execução das atividades de etnozoonamento da terra indígena Alto Rio Guamá localizado no Município de Santa Luzia do Pará. O projeto da Terra Indígena Alto Guamá se insere nas ações do projeto piloto conservação da Biodiversidade em Terras indígenas do Pará, executado pela Secretaria/Coordenadoria de Ecossistemas de povos indígenas e comunidades tradicionais. O objetivo principal deste projeto é o estabelecimento de diretrizes, ações políticas, técnicas metodológicas, científicas para viabilizar a conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais das Terras indígenas do Estado. As atividades do Etnozonamento tem duração de 6 meses sendo necessário ser realizado em 6 etapas. As atividades realizadas pela ECAM por meio do termo de parceria são:

Planejamento das atividades e articulação institucional;
Proteção do Patrimônio genético e conhecimento tradicional associado e acesso a terra indígena;
Consulta Prévia Informada aos Indígenas;
Realização do diagnóstico etnoambiental participativo;
Produção de relatórios para elaboração do diagnóstico;
Validação das informações do etnozoonamento.

Quadro VI: Dados fornecidos pela Ecam

Para a realização dessas atividades foi necessário realizar articulações com as organizações e lideranças indígenas da Terra Indígena Alto rio Guamá (TIARG) para permitir a atividade. Foi realizado articulação com a FUNAI regional e FUNAI de Brasília para viabilizar a autorização da entrada da equipe técnica na Terra Indígena. Para esse serviço a instituição emitiu nota fiscal para enviar para Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural (NGPR), ficando a cargo da instituição o recolhimentos dos impostos federais.

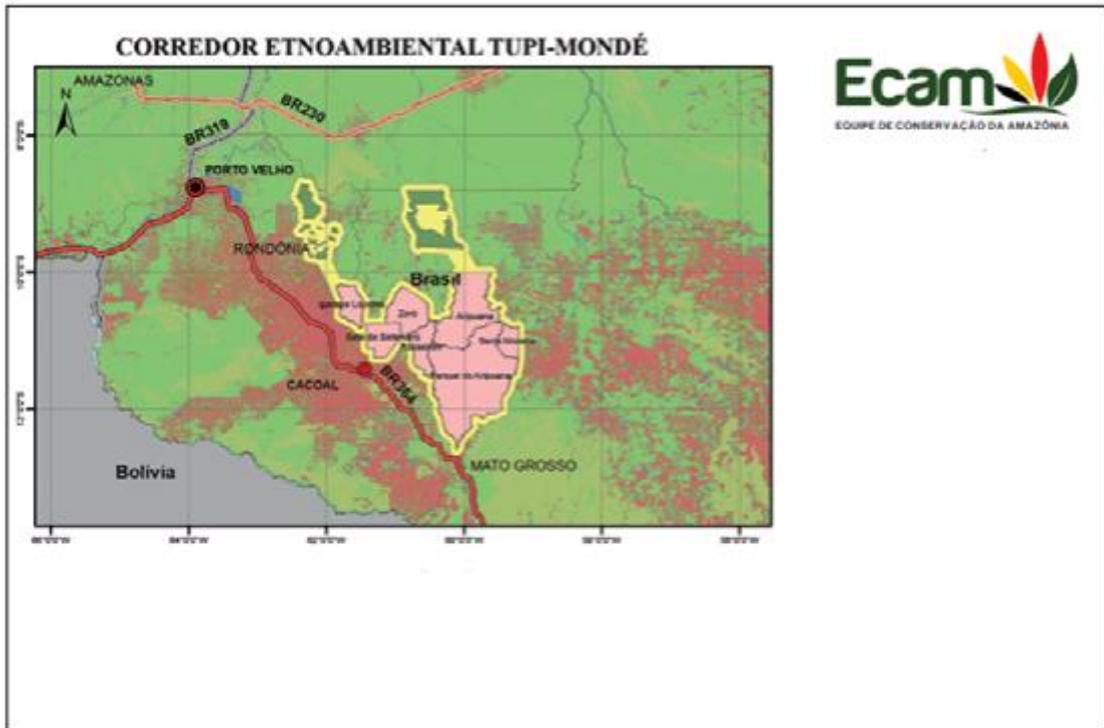
Por meio do projeto GarahItxa é realizado o projeto de corredores etnoambientais que tem como objetivo:

Melhorar as práticas de conservação da biodiversidade e manter a integridade das terras indígenas na área da Amazônia Ocidental. O principal mecanismo escolhido para alcançar esse objetivo foi o fortalecimento de dois corredores etnoambientais: o Corredor Tupi-Mondé e o Corredor Tupi-Kawahiba. Na execução do projeto, dois sítios-âncoras foram selecionados, um para cada corredor etnoambiental trabalhado pelo projeto. A utilização de sítios-âncoras foi estratégica, baseada na idéia de que o êxito na implementação de atividades numa terra indígena (TI) produziria um efeito demonstrativo positivo para as terras indígenas vizinhas, algo que funcionou tanto no Corredor Tupi-Mondé quanto no Tupi-Kawahiba. (Litle P. *atal*, 2012).

As atividades de etnozoneamento, são realizadas em conformidade com a lei nº 9.985/2000, a mesma estabelece as diretrizes e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. As comunidades indígenas que ECAM desenvolve atividades etnoambientais são: Corredor Guaporé Itenez Mamoré-CEGIM, Corredor Karib-CEK, Corredor Mondé-Kagawahiwa-CEMK, Corredor Tupi-Kagawahiwa-CETK e Corredor Tupi Mondé-CETM. (Litle P. *atal*, 2012).

O Corredor Etnoambiental Tupi-Mondé é composto por quatro povos indígenas do tronco linguístico Tupi da família Mondé-Paiter (Suruí); Páderej (Cinta Larga); Ikolen (Gavião) e Pangyjej (Zoró) – além do povo Karo (Arara), falantes do RamaRama. Consiste de sete terras indígenas contíguas, habitadas por mais de 4.000 pessoas: Igarapé Lourdes (RO); Roosevelt (RO); Sete de Setembro (RO/MT); Zoró (MT); Serra Morena (MT); Aripuanã (MT); e Parque Indígena do Aripuanã (MT). No total, esse corredor etnoambiental compreende 3.522.754 hectares. (Litle P. *atal*, 2012).

Conforme o mapa abaixo:



Fonte://www.iieb.org.br/index.php/download_file/1073/268/

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o objetivo da pesquisa deste trabalho, verificou-se a partir dos relatórios de atividades prestados para o Ministério da Justiça do ano de 2011 e 2012 e os relatórios de auditorias, com o objetivo de analisar as despesas da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), onde o objetivo desta pesquisa foi atingido por meio da análise de verificação dos documentos, onde pode-se verificar a aplicação dos recursos recebidos pela ECAM.

De acordo com o problema desta pesquisa, a instituição usa de fato os recursos recebidos conforme seu estatuto, onde a mesma utiliza os recursos recebidos e aplica os mesmos nas atividades e projetos voltados para conservação e proteção da Amazônia.

Com o resultado da pesquisa, verifica-se que de fato a organização realiza suas atividades e projetos com compromisso e veracidade para com os seus financiadores, utilizando os recursos recebidos para capacitação e conscientização dos povos indígenas para proteção da Amazônia, conforme os relatórios de auditorias analisados, pois os mesmos demonstram o cumprimento da efetividade enquanto a aplicação dos recursos recebidos, o controle interno da ECAM já foi objeto de citação em relatórios anteriores de auditorias.

Considerando a importância do controle interno, foi sugerido para a instituição a importância em aprimorar o controle de suas atividades desenvolvidas ao longo de cada ano, para facilitar na prestação de contas para com seus financiadores.

Para verificação da efetividade da instituição que é por meio das atividades que a mesma executa durante cada ano, identificou-se que a Equipe de Conservação da Amazônia possui determinadas fragilidades em seu controle interno e, diante deste cenário, dificuldades foram enfrentadas para levantar informações como de quantas atividades conseguiram realizar ao longo do ano, ou quais atividades e onde ocorreram. Foram fornecidas poucas informações sobre suas atividades executadas, por meio das prestações de contas para o Ministério da Justiça, onde pode-se somente verificar em quantidade quantas atividades ocorreram mas não quais as atividades. O responsável que tinha as informações das atividades perdeu as planilhas com as informações, devido o computador ter tido problema e perdeu as informações dos cursos, logo essa deficiência de controle veio a dificultar o desenvolvimento do objetivo deste estudo.

Conforme o relatório de auditoria realizado pelo auditor da Marrocos Auditores Independentes em 27 de Maio de 2013 referente ao ano de 2012, e no relatório de auditoria do

ano de 2011, compreende-se que através das demonstrações contábeis apresentadas pela Equipe de Conservação da Amazônia, os resultados são satisfatórios pois os mesmos representam adequadamente a posição financeira e patrimonial da ECAM, a mesma cumpre com suas obrigações fiscais e operacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco de Assis. Fundações Organizações Sociais Executivas. São Paulo, 2000.

BEUREN, Ilse Maria. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2013.

DI PIETRO, Maria S. Z. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2013.

ECAM, Corredores Etnoambientais. Disponível em:

<www.iieb.org.br/index.php/download_file/1073/268/>. Acessado em 04 de Novembro de 2015.

ECAM, Dados Da Instituição. Disponível em: <www.ecam.org.br>. Acessado em 09 de Setembro de 2015.

ECAM, Metodologia de Treinamento de Guarda parques. Disponível em: http://www.equipe.org.br/wp-content/uploads/2015/09/guarda_20parques009a-1.pdf.

Acessado em 01 de Novembro de 2015.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEXML. Lei nº 9.403/96. Disponível em:

<<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996-12-20:9403>>. Acessado em 30 de Setembro de 2015.

LITTLE, Paul. Corredores Entoambientais na Amazônia Social. Disponível em: <www.iieb.org.br/index.php/download_file/1073/268/>. Acessado em 30 de Outubro de 2015.

MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2011.

PLANALTO, Lei nº 9643/46. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9853.htm>. Acessado em: 07 de outubro de 2015.

PLANALTO, Lei nº 9.637/98. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm>. Acessado em 02 de Setembro de 2015.

PLANALTO, Lei nº 9.790/99. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acessado em 02 de Setembro de 2015.

PLANALTO, Decreto nº 7.423/10. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm>. Acessado em 05 de Outubro de 2015.

PLANALTO. Lei nº 8.958/94. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8958.htm>. Acessado em 05 de Outubro de 2015.

PLANALTO. Decreto PNGATI nº 7.747/12. Disponível:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acessado em 05 de Outubro de 2015.

PLANALTO. Decreto nº 9.605/98. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm> Acessado em 27 de Outubro de 2015.

SANTOS, Mauro Sérgio dos. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 2012.

SENADO, Lei nº 8.246/91. Disponível:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=112973&norma=135454>>

.Acessado em 04 de Setembro de 2015

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2004.

ANEXOS

Anexo 1. Relatório de atividades para o Ministério da Justiça 2011.

Relatório Circunstanciado	
CNPJ:	05.107.299/0001-00
Nome/Razão Social:	Equipe de Conservação da Amazônia
Ano Referência:	2011
Data Envio:	16/10/2012
Número Recibo:	347211443161610121
Tipo Relatório:	Prestação de Contas
Identificação	
Nome/Razão Social: Equipe de Conservação da Amazônia	
CNPJ: 05.107.299/0001-00	
Nome Fantasia: ACT Brasil	
Endereço: ST SAUS QUADRA 03 BLOCO C 22 SALAS 301 A 306 Asa Sul	
Cidade: Brasília UF: DF CEP: 70070934	
Telefone: 61 - 33237863 Telefone 2: 61 - - Fax: 61 - 33237854	
E-mail Entidade: rodrigo@actbrasil.org.br Sítio Eletrônico: www.actbrasil.org.br	
Natureza Jurídica: Associação	
Tipo de Estabelecimento	
A Sede da Entidade é: Alugada	
Estatuto / Diretoria	
Documento Legal de Registro (Estatuto)	
UF: DF Município: Brasília	
Cartório: 1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL, TÍT. E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - ASA SUL	
Data do Registro: 01/10/2004 Livro/Folha: A-16	
Número do Registro/Matrícula: 00007307	
Composição da Atual Diretoria Estatutária	
Houve Alterações na Diretoria no Exercício Anterior? Não	
Mandato da Atual Diretoria: Data Início: 05/09/2006 Data Término: 28/09/2010	
Representante Legal da Entidade: Vasco Marcus van Roosmalen	
Cargo : Presidente	
Profissão: Cientista político	
CPF: 525.457.412-72 RG: 2764036 Órgão Expedidor: SSP/DF	
Sexo: M Data de Nascimento: 19/02/1976	
Nome da Mãe: Lambertha Blinjenberg van Roosmalen	
É Funcionário Público? Não	
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não	
Se sim, qual a função exercida? -	
Demais diretores da Entidade	

Nome do Diretor: Aline Neves Azevedo
 Profissão: Jornalista Cargo: Tesoureira
 CPF: 854.166.301-91 RG: 1510889 Órgão Expedidor: SSP_DF
 Sexo: M Data de Nascimento: 30/08/1977
 Nome da Mãe: Maria das Graças Fonseca de Azevedo
 É Funcionário Público? Não
 Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim
 Se sim, qual a função exercida? Gerente Financeira

Nome do Diretor: Almir Narayamoga Surui
 Profissão: Cacique Cargo: Vice-presidente
 CPF: 499.366.972-00 RG: 718655 Órgão Expedidor: DGPC-RO
 Sexo: M Data de Nascimento: 19/08/1974
 Nome da Mãe: Weytag Surui
 É Funcionário Público? Não
 Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim
 Se sim, qual a função exercida? Auxiliar de Campo

Entidades Mantidas

Outros Departamentos

Denominação: Equipe de Conservação da Amazônia- Macapá
 Endereço: Av. Procópio Rola 1495 Santa Rita
 Cidade: Macapá UF: AP CEP: 68950000
 Telefone: 96 - 32251341 Fax: 96 - 32251575
 E-mail Entidade: actbrasil@actbrasil.org.br Sítio Eletrônico: www.actbrasil.org.br

Denominação: Equipe de Conservação da Amazônia- Manaus
 Endereço: Avenida Djalma Batista 1661 Ed. Millenium Business Tower, sala 1308 Chapada
 Cidade: Manaus UF: AM CEP: 69050010
 Telefone: 92 - 36593441 Fax: 92 - -
 E-mail Entidade: actbrasil@actbrasil.org.br Sítio Eletrônico: www.actbrasil.org.br

Lista de Finalidades Principais de Acordo com o Estatuto, Organizadas de Forma Crescente de Prioridade

Finalidades

Cultura e arte
 Defesa e Proteção do Meio Ambiente
 Defesa de Direitos de Grupos e Minorias

Lista de Atividades Principais de Acordo com o Estatuto, Organizadas de Forma Crescente de Prioridade

Atividades

Preservação Cultural e Histórica Proteção e Conservação do Patrimônio Natural Educação Ambiental	
Público Alvo	
Indígenas Associações Lideranças comunitárias	
Alterações Estatutárias	
Houve alterações estatutárias no exercício anterior? Não	
Dados relativos a eventuais alterações estatutárias da Entidade ocorridas no último exercício	
Data: 16/08/2012	
Finalidade da alteração: -Mudança de sigla da Equipe de Conservação da Amazônia, de ACT Brasil para ECAM;	
Recursos Humanos	
Quantidade de pessoas que colaboram com a entidade	
Colaboradores	Quantidade
Funcionários:	19
Estagiários Remunerados:	6
OSCIP - Diretores Remunerados:	3
Total de Pessoal Ocupado Assalariado:	28
Voluntários Permanentes:	0
Voluntários Eventuais:	0
Estagiários Não Remunerados:	0
Total de Pessoal Ocupado Não Remunerado:	0
Trabalhadores Autônomos:	4
Atividades	
Apresentação:	
A ACT Brasil apóia as comunidades tradicionais indígenas colaborando na capacitação visando o desenvolvimento de instrumentos para conservar e proteger seu meio natural e lidar com a sociedade não-india, na defesa de seus direitos territoriais, políticos e culturais. Seu trabalho é desenvolvido em parceria com entidades indígenas, indigenistas, governamentais e não-governamentais.	
Detalhamento Atividades	
Descrição:	Mapuera e Trombetas Mapuera (Povo Wai-Wai) e Tumucumaque (Apalai, Walana, Tiriró)
Objetivo:	Capacitar indígenas para a realização de censo faunístico e dados socioeconômicos;
Público Alvo:	Indígenas
Resultados obtidos:	-Indígenas capacitados para abertura de trilhas;

Período de realização: 2011
 Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 4.000
 Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -
 Nº de beneficiários não gratuitos: -
 Nº total de beneficiários: 4.000
 Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Etnozoneamento da Terra Indígena Diahui

Objetivo:

Estabelecimento de regras para o uso racional da terra indígena, por meio da definição de zonas.

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

Espacialização das zonas de uso dentro da Terra; Utilização da ferramenta como instrumento de gestão territorial

Período de realização: 2011

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 110
 Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -
 Nº de beneficiários não gratuitos: -
 Nº total de beneficiários: 110
 Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Estudo sobre o potencial das atividades econômicas sustentáveis desenvolvidas na Terra Indígena Sete de Setembro

Objetivo:

Elaboração de documentos subsidiários para construção do Plano de Promoção às Alternativas Econômicas da Terra Indígena Sete de Setembro

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

Definição do artesanato como atividade prioritária; Fortalecimento das discussões relativas ao fortalecimento das atividades;

Período de realização: 2011

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 1.300
 Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -
 Nº de beneficiários não gratuitos: -
 Nº total de beneficiários: 1.300
 Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Mapeamento de Riscos, Ameaças, Capacidades e Infraestrutura da Terra Indígena Diahui e Plano de Proteção

Objetivo:

Definir as áreas de riscos e ameaças e levantamento das capacidades e infraestrutura da Terra Indígena Diahui tendo



em vista a estruturação da gestão e proteção territorial

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

Mapa e planejamento estratégico de proteção

Período de realização: 2011

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 110

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 110

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Projeto Carbono Surui(Continuidade)

Objetivo:

Articulação com os Entes Públicos a fim de obter parecer favorável sobre a viabilidade jurídica da realização do Projeto em Terra Indígena/ Estruturação do Fundo Carbono Surui /Participação em Seminário sobre Mudanças Climáticas/ Participação nas discussões sobre políticas pública tendo em vista a estruturação de um Regime Nacional de REDD(Redução de Emissões por desmatamento e degradação) e projeto de Lei da Política Nacional de REDD;

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

Apoio de instituições doadoras em atividades produtivas conexas com a manutenção da floresta em pé.

Período de realização: 2011

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 1.300

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 1.300

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Cursos de formação voltados para a proteção territorial de Terras Indígenas e Unidades de Conservação: Curso de Agentes Ambientais Indígenas Corredor Tupi-Mondé/ Curso de Guarda-parques indígenas (Pará/Amapá)/ Curso de Guarda-parques do Estado do Amapá

Objetivo:

Atividade de formação de não indígenas e indígenas, representantes das etnias Indígenas das etnias Surui, Diahui, Zoró, Cinta Larga, Kaiapó, Tembé, que pretendem atuar na vigilância territorial de suas Terras; Formação em: Conservação dos valores culturais e naturais; Legislação ambiental e indigenista; Noções básicas de Geoprocessamento; Relacionamento humano; Primeiros Socorros; Combate e Manejo de Fogo; Uso Público e Comunicação em áreas protegidas.

Público Alvo:

Indígenas

Associações

Servidores públicos que atuam com proteção de unidades de conservação

Resultados obtidos:

Cursos de formação efetivados

Período de realização: 2011

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 60

07.299/0001-Q0 - Equipe de Conservação da Amazônia - 2011

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 60

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Origem das fontes de recursos que custeiam as atividades, serviços e projetos realizados:

Própria (recursos decorrentes da prestação de serviços da entidade)	0,00%
Própria (recursos decorrentes de mensalidades/ doações dos membros ou associados)	0,00%
Privada (recursos de doações e parcerias com empresas e entidades privadas)	0,00%
Privada (recursos de doações eventuais)	0,00%
Pública (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas)	0,00%
Internacional Privada (recursos de entidades e organizações internacionais)	40,00%
Internacional Pública (recursos de Países estrangeiros, ONU, etc.)	60,00%

Área de Abrangência do projeto

Área de Abrangência: Nacional

Estados(UFs):

Amapá
Rondônia
Amazonas
Pará

Zona de operação de abrangência das atividades, serviços e projetos desenvolvidos:

Rural

Outras informações

-

Parcerias e Subvenções Públicas

Informações sobre o órgão ou entidade parceira

Documentos e Títulos

Título/Qualificação/Certificação Federais	Possui?	Ano da Publicação
Título da Utilidade Pública Federal (Lei nº 91/35) - UPF	Não	-
Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei nº9.790/99) - OSCIP	Sim	2004
Atestado de Registro de Entidade Beneficente de Assistência Social (Lei nº8.742/93)	Não	-
Qualificação como Organização Social (Lei nº9.637/98)	Não	-
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Lei nº8.742/93)	Não	-
Condição de Entidade de Apoio (Lei nº8.958/94)	Não	-
Registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (Dec nº99.274) - CNEA	Não	-
Outros (especificar):	-	-

trabalhos tendo em vista o aperfeiçoamento.

Em relação a contribuição da entidade para a ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania:

A entidade participou de espaços de controle social (conselhos, foruns, etc)? Não

Quais? Relato dos resultados e impactos para o processo de formulação de políticas públicas e para garantia e ampliação de direitos conquistados com a contribuição da atuação da entidade. -

Em relação aos beneficiários das atividades:

As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem a população de baixa renda (renda mensal per capita de até meio salário mínimo)? Sim

As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas; exclusão pela pobreza e/ ou acesso às demais políticas públicas; vítimas de violência; etc)? Sim

A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade (negros; gênero; opção sexual; portadores de necessidades especiais) entre beneficiários e/ou colaboradores da entidade? Sim

Ações ou políticas realizadas: A entidade tem, como principal público-alvo, Indígenas, os quais, em sua maioria, têm dificuldade na constituição de renda mínima mensal e enfrentam a discriminação não-índia. O trabalho da entidade é incentivá-los na busca pela efetivação de seus direitos fundamentais garantidos constitucionalmente.

Demonstrativo Contábil

Dados referentes ao exercício.

Receita anual da entidade (em R\$): Acima de 2,5 milhões até 5 milhões

Percentual da Receita anual da entidade (em %): Não recebeu nenhum recurso de origem pública no último exercício

Classificação da Entidade: Outros

**Balanco Patrimonial
- ATIVO (R\$)**

Ativo Circulante	650.407,74
Disponível	0,00
Contas Vinculadas	0,00
Convênios, Acordos e Ajustes	0,00
Valores a receber de terceiros	4.596,85
Adiantamento a empregados	0,00
Outras contas e títulos a receber	0,00
(-) Provisão para devedores duvidosos	0,00
Estoques	0,00
Despesas antecipadas	24.080,18
Outras Contas do Ativo Circulante	679.084,77
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00
Valores a receber a longo prazo	0,00
TOTAL ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	
Ativo Permanente	0,00
Investimentos	398.145,28
Imobilizado	291.669,34
(-) Depreciação/ amortização acumulada	

Diferido	0,00
Outros ativos Permanentes	0,00
TOTAL ATIVO PERMANENTE	106.475,94
TOTAL ATIVO	785.560,71
- PASSIVO (R\$)	
Passivo Circulante	0,00
Fornecedores	0,00
Obrigações trabalhistas	45.390,78
Obrigações Sociais	0,00
Prestadores de Serviços	0,00
Aluguéis a Pagar	0,00
Adiantamento de clientes	0,00
Empréstimos e financiamentos a pagar CP	9.326,73
Obrigações fiscais exceto IRenda e CSLL	0,00
Convênios Públicos (Saldo)	0,00
Adiantamento de Projetos	0,00
Subvenções Públicas (Saldo)	0,00
Recursos de Leis de Incentivo Fiscal	0,00
(-) Rec. Leis de Incentivo Fiscal utilizados	0,00
Provisão para IRenda e CSLL	0,00
Sentenças judiciais trabalhistas a pagar	0,00
Sentenças judiciais a pagar - exceto trabalhista	106.406,09
Outros Passivos Circulante	161.123,60
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	
Passivo exigível a Longo Prazo	0,00
Empréstimos e financiamentos a pagar a longo prazo	0,00
Contas a pagar	0,00
Aluguéis antecipados	0,00
Outros passivos exigíveis a longo prazo	0,00
TOTAL PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Resultado de exercícios futuros	0,00
Resultados de exercícios futuros	0,00
TOTAL RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	
Patrimônio Social Líquido	0,00
Patrimônio Social (Fundo Patrimonial)	0,00
Doações patrimoniais	0,00
Reservas constituídas	624.437,11
Superávit(s) do(s) exercício(s)	0,00
Déficit(s) do(s) exercício(s)	0,00
Outras Contas do Patrimônio Social	624.437,11
TOTAL PATRIMÔNIO	785.560,71
TOTAL PASSIVO	
Resultado Exercício	
- RECEITA (R\$)	
Receita Operacional	0,00
Prestação de serviços (Exceto Saúde/Educ)	0,00
Recursos - subvenções públicas	0,00
Recursos - contribuições públicas	0,00
Recursos - convênios públicos	0,00
Recursos - auxílios públicos	0,00

Recursos - Termo de Parceria	0,00
Doações e contribuições para custeio	2.916.340,46
Receita de convênios de saúde privados	0,00
Prest. Serviços de saúde não-conveniados	0,00
SUS - Sistema Único de Saúde	0,00
Inscrições de cursos e vestibulares	0,00
Serviços Educacionais	0,00
Taxa, mensalidades e contribuições	0,00
Contribuição de empresas mantenedoras	0,00
Doações, Campanhas e patrocínios	0,00
Recursos Internacionais	
Deduções das Receita	0,00
(-) Bolsas de estudo concedidas	0,00
(-) Atendimento gratuito	0,00
(-) Descontos Comerciais Concedidos	0,00
(-) PIS sobre receitas	0,00
(-) COFINS sobre receitas	0,00
(-) ICMS sobre vendas	0,00
(-) ISS sobre serviços	0,00
(-) Vendas Canceladas	0,00
(-) Outras deduções	0,00
Outras Receita Operacionais	0,00
Outras receitas operacionais	
Receitas Financeiras Patrimoniais	0,00
Descontos Obtidos	0,00
Renda de aluguéis e arrendamentos	9.591,59
Rendimentos de Títulos e Aplicações no Mercado Financeiro	1.118,52
(-) Impostos s/aplicações financeiras	0,00
Outras Receitas Financeiras	
Receitas Não-Operacionais	0,00
Venda de Ativo Permanente	0,00
Doações receb. em bens ou mercadorias	0,00
Outras Receitas Não-Operacionais	
Outras Receitas	13.577,29
Outras receitas não classificadas anteriormente	2.938.390,82
TOTAL RECEITAS	

- DESPESAS (R\$)

Despesas com Pessoal	725.531,96
Salários de Funcionários(c/ vínculo empregatício)	298.018,24
Encargos Sociais com Pessoal	196.319,02
Despesas Diversas com Pessoal	0,00
Remuneração de Dirigentes	0,00
Encargos Sociais com dirigentes	0,00
Outras Encargos Sociais Compulsórios	0,00
Outras despesas com Pessoal	
Serviços Contratados	179.520,04
Recursos Humanos Externos - Pessoa Física	79.061,54
Recursos Humanos Externos - Pessoa Jurídica	0,00
INSS sobre serviços prestados por terceiros	51.839,87
Outras despesas com serviços contratados	

Custos de Projetos	
Custos de Projetos	128.074,13
Despesas Gerais e Administrativas	
Águas, gás e energia elétrica	11.557,99
Aluguéis pagos	144.403,47
Despesas com veículos	0,00
Diárias e viagens	27.308,40
Hospedagem	50.920,19
Passagens aéreas/rodoviárias	212.208,34
Telefone, Fax e outras desp. c/comunicações	33.726,70
Publicações Técnicas	0,00
Serviços Técnicos e Especializados	19.306,00
Despesas com Informática	0,00
Prêmios de seguros contratados	8.013,38
Despesas com atividades sociais e culturais	0,00
Outras despesas administrativas	61.407,48
Despesas com bolsas de estudo a Terceiros	
Ensino Fundamental	0,00
Curso Superior	0,00
Estagiários	14.280,00
Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados	0,00
Outras despesas com Bolsas de Estudo	17.873,38
Impostos, Taxas e Contribuições (não-lançados) em Receitas	
Impostos federais	0,00
Impostos estaduais	0,00
Impostos municipais	0,00
CMPF	0,00
COFINS	0,00
IOF	4.161,07
Outros tributos, taxas e contribuições	32.791,69
Despesas Beneficentes	
Doação de Alimentos	0,00
Doação de Roupas e Agasalhos	0,00
Doação de Medicamentos	0,00
Outras despesas Beneficentes	334.501,06
Despesas Financeiras	
Descontos concedidos	0,00
Despesas Bancárias	9.061,59
Outras despesas financeiras	73,09
Depreciação, Amortização e Leasing	
Despesas com Depreciação	35.360,88
Despesas com Amortização	0,00
Despesas com Leasing	0,00
Outras Despesas Operacionais	
(-) Recuperação de despesas	0,00
Outras despesas operacionais	0,00
Outras Despesas Não-Operacionais	
Custo de ativo permanente vendido	0,00
Custo de ativo permanente baixado	0,00
Outras despesas não-operacionais	0,00
Participações e contribuições	

Participações e Contribuições	
Outras Despesas e Custos	0,00
Outras despesas não classificadas anteriormente	
Provisões Constituídas	0,00
Provisão para Imposto de Renda e CSLL	
Outras provisões constituídas	0,00
TOTAL DESPESAS	103.455,96
	2.778.775,47

- SUPERÁVIT / DÉFICIT (R\$)

RECEITAS	2.916.340,46
(-) Impostos sobre a receita	0,00
(-) Abatimento e cancelamentos	0,00
RECEITA LÍQUIDA R\$:	2.916.340,46
(-) Custos de serviços/produtos	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT BRUTO R\$:	2.916.340,46
(-) Despesas gerais e administrativas	2.629.232,07
(-) Despesas financeiras	9.134,68
(-) Despesas tributárias	32.791,69
(-) Outras despesas operacionais	108.735,55
Receitas Financeiras	9.591,59
RESULTADO OPERACIONAL R\$:	146.038,06
(-) Despesas não-operacionais	0,00
Receitas não-operacionais	13.577,29
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IRENTA E CSLL	159.615,35
(-) Provisão para IRENTA e CSLL	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DO IRENTA E CSLL	159.615,35
(-) Participações e contribuições	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO R\$:	159.615,35

Notas Explicativas do Demonstrativo Contábil

I - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01 - Objetivos Constantes de seu estatuto

Conservação da Amazônia e fortalecimento de suas comunidades tradicionais

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES:

NOTA 02:

Sim

III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 03:

Regime de competência

NOTA 04:

A entidade realizou aplicações financeiras no exercício.

NOTA 05:

A entidade não recebeu auxílios e subvenções do poder público.

NOTA 06:

a) Pessoa Física: R\$ 0,00

a) Pessoa Jurídica: R\$ 2.916.340,46

NOTA 07:

Não foram recebidos quaisquer auxílios e subvenções do Poder Público.

Anexo 2. Parecer de Auditoria, Marrocos Auditores Independentes, 2011.

MARROCOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
Auditoria, Serviços Contábeis, Perícias, Cursos e Treinamentos
CRC / DF - 668

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos

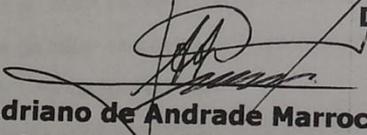
Dirigentes

EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA – ACT BRASIL
Brasília – Distrito Federal

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da **EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA – ACT BRASIL** levantado em 31 de dezembro de 2011, comparativamente ao exercício anterior e a respectiva Demonstração de Resultado do Exercício correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Nesse sentido, nosso exame compreendeu entre outros procedimentos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base nos testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e, c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA – ACT BRASIL** em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos valores são apresentados para fins comparativos, também foram por nós examinadas e o parecer emitido sem ressalvas.

Brasília - DF, 02 de maio de 2012.

MARROCOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
DF Nº 668


Adriano de Andrade Marrocos
Contador CRC/DF nº. 8.867


Luiz Carlos Dias
Contador CRC/DF nº. 8.318

Anexo 3. Relatório de atividades para o Ministério da Justiça 2012.

Relatório Circunstanciado	
CNPJ:	05.107.299/0001-00
Nome/Razão Social:	Equipe de Conservação da Amazônia
Ano Referência:	2012
Data Envio:	29/05/2014
Número Recibo:	497741349011925041
Tipo Relatório:	Prestação de Contas

Identificação

Nome/Razão Social: Equipe de Conservação da Amazônia
 CNPJ: 05.107.299/0001-00
 Nome Fantasia: ACT Brasil
 Endereço: ST SAUS QUADRA 03 BLOCO C 22 SALAS 301 A 306 Asa Sul
 Cidade: Brasília UF: DF CEP: 70070934
 Telefone: 61 - 33237863 Telefone 2: 61 - - Fax: 61 - 33237854
 E-mail Entidade: ecam@ecam.org.br Sítio Eletrônico: www.ecam.org.br
 Natureza Jurídica: Associação

Tipo de Estabelecimento

A Sede da Entidade é: Alugada

Estatuto / Diretoria

Documento Legal de Registro (Estatuto)

UF: DF Município: Brasília
 Cartório: 1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL, TÍT. E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - ASA SUL
 Data do Registro: 01/10/2004 Livro/Folha: A-16
 Número do Registro/Matrícula: 00007307

Composição da Atual Diretoria Estatutária

Houve Alterações na Diretoria no Exercício Anterior? Não
 Mandato da Atual Diretoria: Data Início: 10/09/2010 Data Término: 10/09/2014
 Representante Legal da Entidade: Vasco Marcus van Roosmalen
 Cargo : Presidente
 Profissão: Cientista político
 CPF: 525.457.412-72 RG: 2764036 Órgão Expedidor: SSP/DF
 Sexo: M Data de Nascimento: 19/02/1976
 Nome da Mãe: Lambertha Blinjenberg van Roosmalen
 É Funcionário Público? Não
 Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
 Se sim, qual a função exercida? -

Demais diretores da Entidade

Nome do Diretor: Aline Neves Azevedo
 Profissão: Jornalista Cargo: Tesoureira
 CPF: 854.166.301-91 RG: 1510889 Órgão Expedidor: SSP_DF
 Sexo: M Data de Nascimento: 30/08/1977
 Nome da Mãe: Maria das Graças Fonseca de Azevedo
 É Funcionário Público? Não
 Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim
 Se sim, qual a função exercida? Gerente Financeira

Nome do Diretor: Juliana Fonseca Vieira
 Profissão: Gerente administrativo Cargo: Secretária Executiva
 CPF: 049.009.886-00 RG: 2546668 Órgão Expedidor: SSP DF
 Sexo: F Data de Nascimento: 11/08/1981
 Nome da Mãe: Angela Maria da Fonseca Dias Vieira
 É Funcionário Público? Não
 Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim
 Se sim, qual a função exercida? Coordenadora Administrativa

Entidades Mantidas

Outros Departamentos

Denominação: Equipe de Conservação da Amazônia- Macapá
 Endereço: Av. Procópio Rola 1495 Santa Rita
 Cidade: Macapá UF: AP CEP: 68950000
 Telefone: 96 - 32251341 Fax: 96 - 32251575
 E-mail Entidade: actbrasil@actbrasil.org.br Sítio Eletrônico: www.actbrasil.org.br

Denominação: Equipe de Conservação da Amazônia- Manaus
 Endereço: Avenida Djalma Batista 1661 Ed. Millenium Business Tower, sala 1308 Chapada
 Cidade: Manaus UF: AM CEP: 69050010
 Telefone: 92 - 36593441 Fax: 92 - -
 E-mail Entidade: actbrasil@actbrasil.org.br Sítio Eletrônico: www.actbrasil.org.br

Lista de Finalidades Principais de Acordo com o Estatuto, Organizadas de Forma Crescente de Prioridade

Finalidades

Cultura e arte
 Defesa e Proteção do Meio Ambiente
 Defesa de Direitos de Grupos e Minorias

Lista de Atividades Principais de Acordo com o Estatuto, Organizadas de Forma Crescente de Prioridade

Handwritten signatures or initials.

Atividades

Preservação Cultural e Histórica
Educação Ambiental
Produção Eco-Sustentável

Público Alvo

Indígenas
Associações
Lideranças comunitárias

Alterações Estatutárias

Houve alterações estatutárias no exercício anterior? Sim

O estatuto mantém as finalidades sociais e cláusulas obrigatórias exigidas pelos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.790/99? Sim

Dados relativos a eventuais alterações estatutárias da Entidade ocorridas no último exercício

Data: 16/08/2012

Finalidade da alteração: -Mudança de sigla da Equipe de Conservação da Amazônia, de ACT Brasil para ECAM;

Recursos Humanos**Quantidade de pessoas que colaboram com a entidade**

Colaboradores	Quantidade
Funcionários:	19
Estagiários Remunerados:	6
OSCIP - Diretores Remunerados:	3
Total de Pessoal Ocupado Assalariado:	28
Voluntários Permanentes:	0
Voluntários Eventuais:	0
Estagiários Não Remunerados:	0
Total de Pessoal Ocupado Não Remunerado:	0
Trabalhadores Autônomos:	4

Atividades**Apresentação:**

A ECAM apoia as comunidades tradicionais indígenas colaborando na capacitação visando o desenvolvimento de instrumentos para conservar e proteger seu meio natural e lidar com a sociedade não-india, na defesa de seus direitos territoriais, políticos e culturais. Seu trabalho é desenvolvido em parceria com entidades indígenas, indigenistas, governamentais e não-governamentais.

Detalhamento Atividades**Descrição:**

Biomonitoramento da Terra Indígena Nhamundá Mapuera e Trombetas Mapuera (Povo Wai-Wai) e Tumucumaque (Apalai, Waiana, Tiriryó): - Realização de atividade de Consentimento prévio e informado; - Abertura de trilhas e realização de censo faunístico por indígenas;

Objetivo:

-Analisar como as populações indígenas irão manejar seus recursos para viver sustentavelmente dentro de áreas delimitadas para elas pelos governos, com o intuito de produzir subsídios para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas contempladas e para promover articulações com políticas públicas de gestão territorial, de

desenvolvimento sustentável, de saúde e de educação.

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

- Trilhas abertas na área das aldeias e nas áreas de poupança para realização de levantamentos censitários; - Início dos levantamentos censitários;

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 4.000

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 4.000

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Ipixuna realizado a partir das seguintes etapas: - Diagnóstico de riscos, ameaças e vulnerabilidades; - Diagnóstico de potencialidades, infra-estruturas e capacidades; - Sobreposição espacial dos diagnósticos acima mencionados; - Verificação de áreas vulneráveis e pontos de apoio para o desenvolvimento de atividades; - Planejamento de ações estratégicas de vigilância e monitoramento que contribuam para a continuidade do estado de conservação da cultura e da biodiversidade inerentes ao território indígena.

Objetivo:

-Planejar de maneira participativa ações fortalecedoras da biodiversidade e cultura indígena, a fim de evitar impactos danosos ao território;

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

- Mapa produzido a partir dos levantamentos realizados nos diagnósticos (em avaliação pela comunidade).

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 70

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 70

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Projeto Carbono Suruí(Continuidade) -Assessoria jurídica ao Povo Suruí para obtenção de não objeção junto aos entes públicos; -Apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades de proteção territorial.

Objetivo:

- Comercialização de créditos de carbono decorrentes de reduções de emissões verificadas;

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

-Verificação do Projeto Carbono Suruí nos padrões de CCB e VCS

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 1.300

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 1.300

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Curso de formação de Agentes Ambientais Indígenas das etnias Jiahui, Parintintim, Guaraní e Tenharim. Formação em: Conservação dos valores culturais e naturais; Legislação ambiental e indigenista; Noções básicas de Geoprocessamento; Relacionamento humano; Primeiros Socorros; Combate e Manejo de Fogo; Uso Público e Comunicação em áreas protegidas; e outros módulos de interesse da comunidade.

Objetivo:

-Preparação de indígenas com atividades teóricas e práticas para atuar na vigilância territorial de suas Terras, bem como atuar política e juridicamente na garantia de direitos.

Público Alvo:

Indígenas
Associações
Servidores públicos que atuam com proteção de unidades de conservação

Resultados obtidos:

Cursos de formação realizado.

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 18

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 18

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Implementação do Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Jiahui

Objetivo:

-Apoiar financeiramente a execução de atividades de vigilância territorial executadas pelos Jiahui

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

- Atividades desenvolvidas pelos indígenas Jiahui com correspondente produção de relatórios sobre a situação da Terra Indígena.

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 110

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 110

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Primeira festa tradicional do Povo Jiahui BotawaI

Objetivo:

- Apoio financeiro à realização de festa tradicional

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

- Festividade cultural realizada.

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 110

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 110

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Nove de Janeiro realizado a partir das seguintes etapas: - Diagnóstico de riscos, ameaças e vulnerabilidades; - Diagnóstico de potencialidades, infra-estruturas e capacidades; - Sobreposição espacial dos diagnósticos acima mencionados; - Verificação de áreas vulneráveis e pontos de apoio para o desenvolvimento de atividades; - Planejamento de ações estratégicas de vigilância e monitoramento que contribuam para a continuidade do estado de conservação da cultura e da biodiversidade inerentes ao território indígena.

Objetivo:

- Planejar de maneira participativa ações fortalecedoras da biodiversidade e cultura indígena, a fim de evitar impactos danosos ao território;

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

- Mapa com sobreposição dos diagnósticos entregue à comunidade e validado pela mesma; - Plano de Proteção finalizado para utilização pela comunidade.

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 200

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 200

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Fortalecimento da Agenda de Sustentabilidade do Povo Paiter Suruí Reforma e melhoria da Infraestrutura e manutenção do Centro de Capacitação do Povo Paiter Suruí

Objetivo:

- Disponibilização do Centro de Capacitação para : realização de atividades de formação e uso pelas organizações formais e tradicionais, representativas do Povo Suruí; realização de atividades por outras organizações indígenas.

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

Centro de Capacitação revitalizado, pronto para uso imediato.

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 1.300

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 1.300

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Descrição:

Projeto de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas da Amazônia, estruturado em duas linhas de ação: - Implementação de atividades do Plano de Promoção de Atividades Econômicas Sustentáveis da Terra Indígena Sete de Setembro por meio da formação de agentes agroextrativistas PalterSurui em temáticas pertinentes a organização, implementação e gestão de empreendimentos agroextrativista; - Apoio ao desenvolvimento de alternativas de geração de renda na TI Jiahui por meio da elaboração participativa de um plano de alternativas econômicas sustentáveis.

Objetivo:

- Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis de produtos florestais não-madeireiros nas TIs Sete de Setembro e TIIahui

Público Alvo:

Indígenas

Resultados obtidos:

Fortalecimento das Iniciativas produtivas

Período de realização: 2012

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 1.410

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 1.410

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Origem das fontes de recursos que custeiam as atividades, serviços e projetos realizados:

Própria (recursos decorrentes da prestação de serviços da entidade)	0,00%
Própria (recursos decorrentes de mensalidades/ doações dos membros ou associados)	0,00%
Privada (recursos de doações e parcerias com empresas e entidades privadas)	0,00%
Privada (recursos de doações eventuais)	0,00%
Pública (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas)	0,00%
Internacional Privada (recursos de entidades e organizações internacionais)	40,00%
Internacional Pública (recursos de Países estrangeiros, ONU, etc.)	60,00%

Área de Abrangência do projeto

Área de Abrangência: Nacional

Estados(UFs):

Amapá
Rondônia
Amazônia
Pará

Zona de operação de abrangência das atividades, serviços e projetos desenvolvidos:

Rural

Receita anual da entidade (em R\$): Acima de 2,5 milhões até 5 milhões

Percentual da Receita anual da entidade (em %): Não recebeu nenhum recurso de origem pública no último exercício

Classificação da Entidade: Outros

**Balço Patrimonial
- ATIVO (R\$)**

Ativo Circulante		
Disponível		2.240.058,51
Contas Vinculadas		0,00
Convênios, Acordos e Ajustes		0,00
Valores a receber de terceiros		0,00
Adiantamento a empregados		0,00
Outras contas e títulos a receber		0,00
(-) Provisão para devedores duvidosos		0,00
Estoques		0,00
Despesas antecipadas		0,00
Outras Contas do Ativo Circulante		7.973,05
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.248.031,56
Ativo Realizável a Longo Prazo		
Valores a receber a longo prazo		0,00
TOTAL ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		0,00
Ativo Permanente		
Investimentos		0,00
Imobilizado		450.633,24
(-) Depreciação/ amortização acumulada		331.443,78
Diferido		0,00
Outros ativos Permanentes		0,00
TOTAL ATIVO PERMANENTE		119.189,46
TOTAL ATIVO		2.367.221,02
- PASSIVO (R\$)		
Passivo Circulante		
Fornecedores		0,00
Obrigações trabalhistas		666,10
Obrigações Sociais		38.232,09
Prestadores de Serviços		0,00
Aluguéis a Pagar		0,00
Adiantamento de clientes		0,00
Empréstimos e financiamentos a pagar CP		0,00
Obrigações fiscais exceto IRenda e CSLL		17.784,38
Convênios Públicos (Saldo)		0,00
Adiantamento de Projetos		0,00
Subvenções Públicas (Saldo)		0,00
Recursos de Leis de Incentivo Fiscal		0,00
(-) Rec. Leis de Incentivo Fiscal utilizados		0,00
Provisão para IRenda e CSLL		0,00
Sentenças judiciais trabalhistas a pagar		0,00
Sentenças judiciais a pagar - exceto trabalhista		0,00

Outros Passivos Circulante	65.996,06
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	122.678,63
Passivo exigível a Longo Prazo	
Empréstimos e financiamentos a pagar a longo prazo	0,00
Contas a pagar	0,00
Aluguéis antecipados	0,00
Outros passivos exigíveis a longo prazo	0,00
TOTAL PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00
Resultado de exercícios futuros	
Resultados de exercícios futuros	0,00
TOTAL RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0,00
Patrimônio Social Líquido	
Patrimônio Social (Fundo Patrimonial)	0,00
Doações patrimoniais	0,00
Reservas constituídas	0,00
Superávit(s) do(s) exercício(s)	2.244.542,39
Déficit(s) do(s) exercício(s)	0,00
Outras Contas do Patrimônio Social	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO	2.244.542,39
TOTAL PASSIVO	2.367.221,02
Resultado Exercício	
- RECEITA (R\$)	
Receita Operacional	
Prestação de serviços (Exceto Saúde/Educ)	0,00
Recursos - subvenções públicas	0,00
Recursos - contribuições públicas	0,00
Recursos - convênios públicos	0,00
Recursos - auxílios públicos	0,00
Recursos - Termo de Parceria	0,00
Doações e contribuições para custeio	5.694.095,92
Receita de convênios de saúde privados	0,00
Prest. Serviços de saúde não-conveniados	0,00
SUS - Sistema Único de Saúde	0,00
Inscrições de cursos e vestibulares	0,00
Serviços Educacionais	0,00
Taxa, mensalidades e contribuições	0,00
Contribuição de empresas mantenedoras	0,00
Doações, Campanhas e patrocínios	0,00
Recursos Internacionais	0,00
Deduções das Receita	
(-) Bolsas de estudo concedidas	0,00
(-) Atendimento gratuito	0,00
(-) Descontos Comerciais Concedidos	0,00
(-) PIS sobre receitas	0,00
(-) COFINS sobre receitas	0,00
(-) ICMS sobre vendas	0,00
(-) ISS sobre serviços	0,00
(-) Vendas Canceladas	0,00

Curso Superior	0,00
Estagiários	8.514,00
Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados	0,00
Outras despesas com Bolsas de Estudo	9.036,00
Impostos, Taxas e Contribuições (não-lançados) em Receitas	
Impostos federais	0,00
Impostos estaduais	0,00
Impostos municipais	0,00
CMPF	0,00
COFINS	0,00
IOF	16.076,81
Outros tributos, taxas e contribuições	49.372,99
Despesas Beneficentes	
Doação de Alimentos	0,00
Doação de Roupas e Agasalhos	0,00
Doação de Medicamentos	0,00
Outras despesas Beneficentes	468.594,28
Despesas Financeiras	
Descônitos concedidos	0,00
Despesas Bancárias	8.169,91
Outras despesas financeiras	20.265,65
Depreciação, Amortização e Leasing	
Despesas com Depreciação	39.774,44
Despesas com Amortização	0,00
Despesas com Leasing	0,00
Outras Despesas Operacionais	
(-) Recuperação de despesas	0,00
Outras despesas operacionais	0,00
Outras Despesas Não-Operacionais	
Custo de ativo permanente vendido	0,00
Custo de ativo permanente baixado	0,00
Outras despesas não-operacionais	0,00
Participações e contribuições	
Participações e Contribuições	0,00
Outras Despesas e Custos	
Outras despesas não classificadas anteriormente	0,00
Provisões Constituídas	
Provisão para Imposto de Renda e CSLL	0,00
Outras provisões constituídas	176.395,08
TOTAL DESPESAS	4.205.992,02
- SUPERÁVIT / DÉFICIT (R\$)	
RECEITAS	5.694.095,92
(-) Impostos sobre a receita	0,00
(-) Abatimento e cancelamentos	0,00
RECEITA LÍQUIDA R\$:	5.694.095,92
(-) Custos de serviços/produtos	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT BRUTO R\$:	5.694.095,92
(-) Despesas gerais e administrativas	3.935.712,83

(-) Despesas financeiras	24.588,95
(-) Despesas tributárias	69.296,41
(-) Outras despesas operacionais	176.394,33
Receitas Financeiras	102.726,73
RESULTADO OPERACIONAL R\$:	1.590.830,13
(-) Despesas não-operacionais	0,00
Receitas não-operacionais	8.863,41
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IRENTA E CSLL	1.599.693,54
(-) Provisão para IRENTA e CSLL	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DO IRENTA E CSLL	1.599.693,54
(-) Participações e contribuições	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO R\$:	1.599.693,54

Notas Explicativas do Demonstrativo Contábil

I – CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01 – Objetivos Constantes de seu estatuto

Conservação ambiental e fortalecimento de suas comunidades tradicionais

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES:

NOTA 02:

Sim

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 03:

Regime de competência

NOTA 04:

A entidade realizou aplicações financeiras no exercício.

NOTA 05:

A entidade não recebeu auxílios e subvenções do poder público.

NOTA 06:

a) Pessoa Física: R\$ 0,00

a) Pessoa Jurídica: R\$ 2.916.340,46

NOTA 07:

Não foram recebidos quaisquer auxílios e subvenções do Poder Público.

NOTA 08:

Os recursos da entidade foram aplicados nas suas finalidades Institucionais.

NOTA 09:

Os recursos são aplicados em benefício das populações indígenas e todas as atividades são custeadas pela própria entidade, sem contrapartida das comunidades beneficiadas, não havendo, portanto, controle Individualizadas das gratuidades.

NOTA 10:

Como já destacado, as atividades desenvolvidas pela entidade como forma de atingir seu objetivo, são cobertas totalmente por recursos próprios, advindos de doações, e não são cobradas das comunidades indígenas beneficiadas.

NOTA 11:

Informar o(s) valor(es) da(s) isenção(ões) usufruída(s), da seguinte forma:

a) Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros = R\$ 0,00

b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social(COFINS) = R\$ 0,00

c) Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) = R\$ 0,00

Dados do Contabilista

CPF: 279.400.551-00

Nome Contador: Frank Eduardo da Silva

Sexo: MASCULINO Nº de Registro no CRC: 689105

Questionário OSCIP

Item exclusivo para Renovação Anual de qualificação como OSCIP. Apenas as entidades que registraram a celebração de Termo de Parceria com órgão público, devem assinalar como resposta as opções SIM ou NÃO para cada uma das dez perguntas formuladas.

As entidades que não firmaram Termo de Parceria estão desobrigadas do preenchimento deste questionário.

- 1) A entidade possui relatório patrimonial dos bens adquiridos com recursos federais por conta dos Termos de Parceria? (de acordo com o art. 4º, V da Lei 9.790/99); Não
- 2) A entidade participou de concursos de projetos, para os Termos de Parceria firmados? (de acordo com o art. 23 do Dec. 3.100/99 e Recomendação 9.5 do Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU); Não
- 3) A entidade publicou regulamento para licitações com os recursos públicos repassados? (de acordo com o art. 14 da Lei 9.790/99 e item 9.1.1 do Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU); Não
- 4) A entidade utilizou a modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para utilização dos recursos repassados? (de acordo com o art. 1º do Dec. 5.504/05); Não
- 5) Foram incluídas cláusulas de submissão expressa a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nos Termos de Parceria realizados? (de acordo com o art. 3º da Lei 8.443/92 c/c Determinação 9.2 do Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU); Não
- 6) A entidade publicou o extrato do Termo de Parceria (de acordo com o art. 10 § 4º do Dec. 3.100/99) e de sua execução física e financeira, na imprensa oficial da sua área de abrangência? (de acordo com o art. 18 do Dec. 3.100/99); Não
- 7) A entidade realizou auditoria independente quando os objetos dos Termos de Parceria envolveram recursos iguais ou maiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)? (de acordo com o art. 19 do Dec. 3.100/99); Não
- 8) A entidade gravou com cláusula de inalienabilidade os bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria? (de acordo com o art. 15 da Lei 9.790/99); Não
- 9) A execução do Termo de Parceria foi monitorada por comissão de avaliação? (de acordo com o § único do art. 20 do Dec. 3.100/99); Não
- 10) A entidade possui certidões negativas fiscal, da previdência (INSS) e do FGTS? (de acordo com o art. 4º, VII, b da Lei 9.790/99). Não

Avaliação do Relatório

Na sua opinião, este formulário para o Relatório Circunstanciado facilita a elaboração dos relatórios de serviços? Sim

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

O CNEs cumpriu com o objetivo de simplificar a Prestação de Contas? Não

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

Os itens são muito detalhados tornando o preenchimento muito demorado e cansativo. Uma ferramenta que possibilitasse subir informações contábeis direto do excel ajudaria muito.

O preenchimento deste relatório proporcionou um momento de reflexão da entidade em relação às ações desenvolvidas e aos resultados obtidos? Sim

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

Você tem alguma sugestão para simplificar e/ ou aprimorar este relatório?

Sim. Disponibilizar a ampliação da janela do programa facilitaria a visualização dos itens. Obs: Não foi possível preencher o campo da data de registro da OSCIP (01/10/2004) e data de nascimento do contabilista(30/08/1948)

Contabilista responsável pelas informações contábeis,

Assinatura:

Carimbo com nº de Registro no CRC

Frank Eduardo Silva
Contador
CRC-DF 6891/0-5

Representante Legal da Entidade,

Assinatura:

Número do CPF: 525 457 412-72
(favor rubricar todas as folhas)

Equipe de Conservação da Amazônia.
CNPJ: 05.107.299/0001-00

Anexo 4. Parecer de Auditoria, Marrocos Auditores Independentes, 2012.**1. INTRODUÇÃO**

Examinamos as demonstrações contábeis da **EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA - ECAM**, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012, comparativamente ao exercício anterior e a respectiva demonstração do resultado do exercício, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes.

Nesse sentido, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade;
- b) a constatação, com base nos testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e,
- c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Como conclusão dos trabalhos de auditoria realizados nessa entidade, apresentamos este relatório com comentários sobre as análises efetuadas no decurso normal dos trabalhos de auditoria.

Ressalta-se que esta auditoria foi realizada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, onde foi utilizado o processo de amostragem, na verificação dos registros, nos exames dos procedimentos contábeis e na base documental, em profundidade julgada necessária, com o objetivo de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.



Anexo 5. Parecer de Auditoria Mazars Auditores Independentes.

B. Demonstração de Prestação de Contas do Projeto

Inspecionamos as planilhas de prestação de contas financeira (trimestral) fornecidas pelo Fundo Vale para o Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 033/2012, gerido pelo Fundo Vale, para o período coberto pelos procedimentos previamente acordados e os custos declarados pelo Fundo Vale incorridos durante esse período.

Nossos procedimentos sobre as movimentações financeiras ocorridas para o período de 1º de agosto de 2012 a 30 de abril 2014 incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos:

1. Foram revisados os custos diretos incorridos relativos ao projeto, sendo identificados e quantificados os custos questionáveis. Todos os custos que não são suportados com documentação adequada ou não estão em conformidade com os termos do contrato foram questionados e relatados no tópico 4 item 4.1 deste relatório.
2. Observamos os balanços gerais e relatórios gerenciais para determinar se os custos incorridos foram devidamente registrados. Verificamos se havia reconciliação dos custos diretos apresentados com os balanços gerais e relatórios gerenciais.
3. Observamos os procedimentos de controles internos utilizados para gerenciar os aportes recebidos do Fundo Vale. Também revisamos as contas bancárias e os controles sobre essas contas. Realizamos confirmação positiva dos saldos bancários.
4. Verificamos se os adiantamentos de aportes foram adequadamente suportados com documentação, incluindo reconciliações de aportes desembolsados, recebidos e disponíveis.
5. Observamos se os valores recebidos referentes ao projeto foram utilizados em gastos elegíveis de acordo com os objetivos do projeto ou deduzidos dos custos do projeto, conforme os procedimentos do Fundo Vale e termos e condições do contrato.
6. Observamos os procedimentos de compras para determinar se foram utilizadas práticas comerciais de concorrência, preços e qualidade, cotações, e se os controles sobre as quantidades recebidas estão adequados.
7. Confirmamos os encargos salariais diretos e se esses encargos salariais estão adequadamente suportados por registros da folha de pagamento. Analisamos se as horas extraordinárias, abonos e benefícios cobrados do projeto estavam em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, as leis e os regulamentos aplicáveis.
8. Observamos as despesas de viagem e transporte para determinar se foram devidamente aprovadas e estão adequadamente suportadas.
9. Observamos os controles existentes para garantir a segurança e o controle dos bens de uso e consumo adquiridos pelo Instituto e se tais bens foram utilizados para os fins específicos em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica e Financeira.
10. Inspecionamos os contratos de prestação de serviços, firmados pelo parceiro para utilização no projeto a fim de confirmar se foram utilizados para os fins previstos no Termo de Cooperação Técnica e Financeira.
11. Confirmamos o recebimento dos valores de contrapartida financeira com base nos extratos bancários e em documentação comprobatória (contratos, termos de compromisso, acordos de cooperação) do parceiro, de acordo com o estipulado no Termo de Cooperação Técnica e Financeira. Para as contrapartidas não financeiras, analisamos a documentação suporte e memória de cálculo de alocação de custo.
12. Quanto aos aspectos relacionados ao gerenciamento financeiro, verificamos:
 - (a) Se o Parceiro mantém todos os documentos necessários, registros, contas e extratos e documentação acessória ao projeto, incluindo as despesas reportadas via planilhas de prestação de contas financeiras (trimestral) ou as contas do projeto, estabelecendo uma ligação clara entre os controles contábeis e extracontábeis e os relatórios apresentados ao Fundo Vale;

- (b) Se os demonstrativos financeiros de prestação de contas (trimestral) consideram o formato acordado com o Fundo Vale e podem ser consideradas para a execução dos procedimentos previamente acordados. Considera-se o período de 1º de agosto de 2012 a 30 de abril de 2014 para a execução dos procedimentos previamente acordados;
- (c) Se as contas bancárias foram utilizadas em conformidade com os acordos legais e os manuais operacionais dos projetos.
- (d) Se os recursos registrados nas contas do projeto guardam relação com os registros dos recursos já desembolsados pelo Fundo Vale.
- (e) Se os produtos resultantes da contratação de consultores e serviços e os bens adquiridos com recursos do projeto encontram-se adequadamente controlados.

C. Controle Interno

Confirmamos a estrutura de controle interno do parceiro, para obter uma compreensão suficiente das políticas e procedimentos dos controles pertinentes ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira, e se essas políticas e procedimentos foram colocados em operação.

1. Obtivemos uma compreensão suficiente da estrutura de controles internos do parceiro para aplicar os procedimentos previamente acordados com o Fundo Vale. Nossas observações foram incluídas no tópico 5 itens 5.1 e 5.2 deste relatório;
2. Confirmamos os procedimentos realizados pelo parceiro para as áreas de compras e RH, com o objetivo de avaliar os fluxos relacionados às áreas;
3. Resumimos as avaliações de risco para cada afirmação nos papéis de trabalho;
4. Observamos o ambiente de controle, a adequação dos sistemas de contabilidade e procedimentos de controle. Ressaltamos as políticas e procedimentos que dizem respeito à capacidade do parceiro para registrar, processar, resumir e relatar dados financeiros consistentes com as afirmações constantes de cada demonstração de prestação de contas.
5. Observamos a existência de casos de inobservância dos procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, obras, serviços e serviços de consultoria pelo parceiro;
6. Confirmamos se todos os recursos do projeto foram utilizados nas condições previstas no Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 033/2012, gerido pelo parceiro nas normas e procedimentos do Fundo Vale utilizado na execução do projeto, confirmando que foram realizados com a devida eficiência, economia, transparência e somente para os fins acordados;
7. Confirmamos se para os projetos financiados pelo Fundo Vale, os bens, obras e serviços elegíveis foram contratados de acordo com os métodos e procedimentos estipulados nas diretrizes e no padrão de custos do Fundo Vale

D. Conformidade com os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, Leis e Regulamentos Aplicáveis.

O propósito de nossos procedimentos é determinar a conformidade com o termo de cooperação técnica e financeira, bem como conformidade com as leis e regulamentos que são relacionados com os demonstrativos financeiros de prestação de contas do projeto Fortalecimento da Agenda de Sustentabilidade do Povo Suruí.

Nossa análise incluiu, entre outros procedimentos, o seguinte:

1. Identificamos o termo de cooperação técnica e financeira, bem como leis e regulamentos pertinentes, e determinamos quais destes, se não observados, teriam efeito sobre os demonstrativos financeiros de prestação de contas do projeto. Neste sentido:
 - (a) Observamos as determinações aos projetos contidas nos termos que cumulativamente, se não observadas, poderiam ter efeito direto sobre demonstrativos financeiros de prestação de contas do projeto Fortalecimento da Agenda de Sustentabilidade do Povo Suruí.
 - (b) Observamos a existência de riscos em decorrência de desconformidades para cada requisito apresentado no termo de cooperação técnica e financeira.